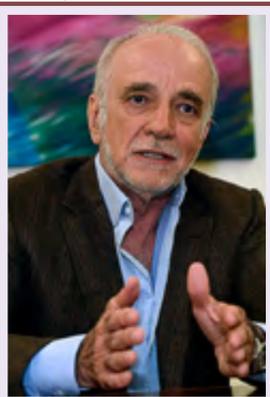


Dezenas de mortos por asfixia em Manaus

Bolsonaro diz que não é problema seu a falta de oxigênio

Unicamp



Equilíbrio fiscal a qualquer custo “é moralmente inaceitável”, diz Lara Resende

“No momento em que se discute a suspensão do auxílio emergencial à população em nome do equilíbrio fiscal, justamente quando a epidemia de Covid recrudescer, é fundamental entender que a verdadeira responsabilidade fiscal não é o equilíbrio orçamentário em todas as circunstâncias e a qualquer custo. Nas atuais circunstâncias, a insistência no equilíbrio fiscal, além de macroeconomicamente equivocada, é moralmente inaceitável”, afirma o economista André Lara Resende, em artigo publicado no Valor Econômico. **Página 2**

Em vez de agilizar Sputnik V, Anvisa aperta laboratório União Química

A inspeção realizada quarta-feira (27) na fábrica da União Química, que produz insumo para a fabricação da Sputnik V, não foi para agilizar a certificação da vacina anti-Covid. Mas foi para atender denúncia de que a empresa brasileira já estava produzindo o Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) da vacina russa. Antes estivesse. **Página 4**



Prefeitura do Rio

HORA DO POVO
ANO XXXI - Nº 3.792 3 a 9 de Fevereiro de 2021



1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Negacionismo doentio, desprezo às vítimas, sabotagem à vacina

No sábado, Jair Bolsonaro afirmou que o governo federal não tinha obrigação nenhuma de garantir o envio de oxigênio para Manaus durante o caos que levou dezenas de pessoas à morte por falta de tubos de oxigênio. Além da falta de empatia com a morte e o sofrimento de brasileiros, é uma confissão da responsabilidade do governo na tragédia ocorrida em Manaus, e que começa a se repetir em Roraima. O governo sabia do colapso do oxigênio e das mortes que viriam. Nada fez. Recomendou cloroquina, um requinte de crueldade. **Página 3**

Suborno: Planalto faz farra com bilhões para submeter Câmara

Lula Marques

Com a popularidade cada vez mais baixa e no desespero para blindar a si mesmo e seu governo dos crimes de responsabilidade, Bolsonaro está arrombando os cofres públicos na tentativa de anexar a Câmara e o Senado, nas eleições das mesas das Casas. O Estadão revelou uma planilha de controle de recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional, que beneficiou 250 deputados e 35 senadores com R\$ 3 bilhões de dinheiro extra, além dos recursos que eles já têm direito a direcionar por meio de emendas. O dinheiro que deveria ser direcionado para a compra de vacinas, oxigênio, equipamentos para combater a pandemia está sendo dilapidado para o interesse sórdido. **Página 3**

Inquérito da PF apura atuação criminosa de Pazuello no AM

A PF abriu inquérito para investigar a criminosa conduta do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na crise sanitária do Amazonas. A determinação para abertura de inquérito foi do ministro Lewandowski, do STF. **Pág. 3**



Ato em Brasília denunciou a atitude criminosa do Planalto na morte por asfixia em hospitais de Manaus

Amazonas ultrapassa 8 mil mortos. Falta hospital e UTI

O Estado do Amazonas ultrapassou neste fim de semana a marca de 8 mil óbitos em decorrência da Covid-19. Segundo os dados da segunda-feira (1), são 268.717 casos

oficiais no Estado, com 8.266 óbitos confirmados. A capital Manaus se tornou o epicentro brasileiro da nova onda da doença. O governo federal, em vez de montar infraestrutura

na cidade, incluindo hospitais e UTI, está removendo os doentes para outros Estados, o que pode agravar a disseminação da nova cepa do coronavírus. Para o pesquisador e

epidemiologista Jessem Orellana, da Fiocruz Amazônia, a situação se agrava pela falta de vontade do governo federal de resolver o problema da falta de oxigênio. **Página 4**

Nelson Sargento abre a vacinação de idosos no Rio

Cantando “Agoniza mas não morre”, o sambista mangueirense Nelson Sargento (96) abriu a vacinação de idosos no Rio, ao lado de Orlando Drummond (101), imortalizado no personagem Seu Peru. **Página 4**

Ministro de Bolsonaro agride caminhoneiros e diz que eles estão ‘mamando’ no governo

Em áudio em que o ministro Tarcísio Freitas discute com um caminhoneiro, o ministro da Infraestrutura do governo, Tarcísio Gomes Freitas, indignou a categoria

ao dizer que os caminhoneiros têm que desmamar do governo, insinuando que os motoristas têm benesses demais. “Vocês têm que desmamar do governo”, disse ele. **Página 3**

Com Trump e Covid, EUA tem pior PIB desde 1946

Pág. 7

Com fim do auxílio emergencial, 27 milhões vivem com R\$ 8/dia



63 milhões de brasileiros podem ficar abaixo da linha da pobreza

André Lara Resende: equilíbrio fiscal a qualquer custo é moralmente inaceitável

“No momento em que se discute a suspensão do auxílio emergencial à população em nome do equilíbrio fiscal, justamente quando a epidemia de covid recrudescer, é fundamental entender que a verdadeira responsabilidade fiscal não é o equilíbrio orçamentário em todas as circunstâncias e a qualquer custo. Nas atuais circunstâncias, a insistência no equilíbrio fiscal, além de macroeconomicamente equivocada, é moralmente inaceitável”, afirma o economista André Lara Resende, no artigo Vale tudo pelo equilíbrio fiscal? publicado no Valor Econômico.

No artigo, o ex-diretor do Banco Central e ex-presidente do BNDES no governo FHC, examina “mais a fundo as raízes dos equívocos da macroeconomia hegemônica” que pautou a política econômica por décadas e que começa a ser revista por



Economista, ex-presidente do BNDES

vários expoentes neoliberais. Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, com forte conteúdo fiscalista, hoje defende uma política fiscal expansionista, baseada num programa de

investimentos públicos. O texto foi reproduzido na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/lara-resende-e-quilibrio-fiscal-a-qualquer-custo-e-moralmente-inaceitavel/>

“Emprego com carteira assinada declina em alta velocidade”, alerta entidade da indústria

“O fim do auxílio emergencial, que leva as pessoas a buscarem uma vaga no mercado de trabalho, é de se esperar que a taxa de desemprego permaneça pressionada neste início de 2021”, avalia o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Ao analisar a taxa de desemprego, calculada pela IBGE, divulgada na quinta-feira (28), o Iedi destacou que “nem o emprego formal conseguiu escapar de grave crise”.

“O emprego com carteira assinada declina em alta velocidade, segundo o IBGE: -12% em jun-ago/20 e -10,3% em set-nov/20 ante os mesmos períodos do ano anterior”.

A taxa de desemprego atingiu patamares recordes no trimestre encerrado em novembro de 2020, de 14,1%, muito acima do segundo pior resultado para este período, registrado em 2017.

“As pessoas sem trabalho somam 14 milhões de indivíduos, isto é, cerca de 2 milhões a mais de desocupados em relação a set-nov/19, o que corresponde a um avanço de +18,1%. Este ritmo é o dobro daquele de jun-ago/20: +9,8%, também na comparação interanual”, destacou o Iedi.

O Instituto ressalta que a queda em relação a set-nov/19 foi intensa: -9,4%, o que corresponde a 8,8 milhões a menos de postos

de trabalho. “Também expressiva é a fração da força de trabalho subutilizada, em função do desemprego, mas também do número insuficiente de horas trabalhadas, do desalento, do medo da Covid-19 e de outras impossibilidades, que foram agravadas pela pandemia, com o fechamento de creches e escolas, a necessidade de cuidados de familiares enfermos etc.

Ao todo, este contingente chegou a quase 1/3 da força de trabalho”, avaliou. Para o Iedi, “enquanto o desemprego segue avançando, os sinais de retomada da ocupação são muito incipientes”.

“Em set-nov/20, o crescimento de +4,8% em relação ao trimestre móvel imediatamente anterior está influenciado positivamente pela sazonalidade do final do ano e pela reabertura de algumas atividades, especialmente de serviços”.

Das 10 atividades econômicas identificadas pelo IBGE, seis apresentaram forte declínio na ocupação no trimestre móvel encerrado em novembro de 2020 frente ao mesmo período do ano anterior, registrando quedas de dois dígitos.

“As exceções couberam a atividades menos atingidas pela pandemia ou até mesmo favorecidas por ela, como a agricultura, os serviços de informação e comunicação e serviços de

saúde, educação e administração pública”, apontou o estudo.

Ocupação total: -7,5% em mar-mai/20; -12,8% em jun-ago/20 e -9,4% em set-nov/20;

Ocupação na indústria: -7,8%; -13,4% e -9,4%, respectivamente;

Ocupação no comércio: -9,4%; -13,6% e -10,4%;

Ocupação na construção: -15,6%; -19,0% e -14,5%;

Ocupação em alojamento e alimentação: -19,5%; -31,4% e -26,7%, respectivamente.

SEM CARTEIRA E “BICOS”

“Quanto ao contingente de ocupados sem carteira assinada, caiu -17,6% em relação a set-nov/19 (-2 milhões de pessoas) e continua liderando as perdas, tal como em trimestres anteriores. Já os conta própria, que representam os chamados “bicos”, registraram perda de -6,7% na mesma comparação (-1,5 milhão)”, apurou o Iedi.

“Juntos, sem carteira e conta própria somados ao trabalho doméstico respondem por cerca de 60% da queda da ocupação em set-nov/20, o equivalente a 5,3 milhões de ocupados a menos do que em igual período do ano anterior”, concluiu.

Após cair à metade em setembro, a ajuda emergencial desapareceu em 31 de dezembro, “quando teremos meia população da Venezuela de volta à velha pobreza apenas pelo fim do efeito-auxílio”, disse pesquisa da FGV Social

Em janeiro, estima-se que 63 milhões de brasileiros podem ficar abaixo da linha da pobreza, com renda de até R\$ 455 por mês, após o fim do auxílio emergencial na virada do ano, segundo o Ibre/FGV. Em 2019, segundo o IBGE, o país tinha 52 milhões de brasileiros nessa situação.

Na extrema pobreza, no primeiro mês deste ano, estão cerca de 27 milhões de pessoas, isso significa que 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês ou R\$ 8,20 ao dia, segundo projeção da FGV Social, num cenário dramático de aumento do desemprego e dos preços dos alimentos, luz, gás, aluguel e transporte.

“As transferências oficiais emergenciais caem à metade agora e desaparecem em 31 de dezembro quando teremos meia população da Venezuela de volta à velha pobreza apenas pelo fim do efeito-auxílio”, destacou a pesquisa da FGV Social analisando o corte na renda emergencial.

O auxílio emergencial tirou 13 milhões da pobreza extrema até julho de 2020 e impediu um tomo maior do Produto Interno Bruto no segundo trimestre (-9,7%), no auge da primeira onda da Covid-19. Com o recrudescimento da pandemia no final do ano e no início deste ano de 2021, aumenta a pressão pela manutenção do auxílio emergencial enquanto a vacinação em massa não acontece e o governo Bolsonaro, além de dificultar a vacinação, também não apresenta qualquer saída para a crise econômica, até porque não tem.

A renda emergencial foi aprovada pelo Congresso Nacional em março para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 e salvar vidas, apesar de toda a resistência do governo Bolsonaro que falava em “gripezinha” enquanto seu ministro da Economia dizia que a economia estava “decolando”. Guedes defendeu um vale de R\$ 200. O Congresso aprovou o auxílio emergencial de R\$ 600 e de R\$ 1.200 para as mães que criam filhos sozinhas. Já em setembro do ano passado, com a carestia, empresas fechando e o desemprego batendo recorde, Bolsonaro e Guedes tentaram acabar com a renda emergencial. Diante de forte pressão, o auxílio emergencial continuou até dezembro, mas foi reduzido à metade em nome de uma “responsabilidade fiscal” que deixa de lado qualquer respon-

sabilidade com a vida humana.

Enquanto cresce na sociedade a pressão, entre políticos, sindicatos, economistas e empresários da indústria, do comércio e dos serviços, pela manutenção do auxílio diante do recrudescimento da pandemia da Covid-19, Bolsonaro e Guedes dizem que o auxílio emergencial é uma “bomba”, tem que cortar da educação, da segurança, da saúde, etc, etc, etc. “Se apertar o botão, vai ter que travar o resto todo”, disse Guedes. “É que nem um botão [de bomba] nuclear. Apertou, paga o preço”, completou o ministro de Bolsonaro sobre o auxílio emergencial. Para ele, 1000 mortes diárias é pouco, “quem sabe num cenário de 1.500 mortes...”

Na sexta-feira (29/1), Guedes divulgou uma nota sobre as “projeções de crescimento econômico e medidas fiscais”, onde reafirma ser contra a manutenção do auxílio emergencial.

Na ausência de suas “projeções”, ao contrário de inúmeros países do mundo que estão expandindo os gastos públicos no combate à pandemia, o remédio de Guedes é o mesmo que levou o país à recessão e ao desastre econômico no primeiro ano do governo Bolsonaro, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 1,1%: cortes nos investimentos públicos, desvio dos recursos públicos da saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança para pagar dívida a bancos, fim do abono salarial, entre outros programas sociais, cortes nos salários dos servidores públicos, médicos, enfermeiros, professores, e nas aposentadorias.

Os milhões de “inveníveis”, trabalhadores informais, microempreendedores, mães chefes de família, desempregados, citados por Guedes, enfrentaram ao longo do ano passado a disparada no preço do arroz, da carne do óleo de soja, do feijão. Sem auxílio emergencial, sem emprego, sem renda, já não conseguem sequer comprar alimentos.

Como registrou Ancelmo Gois em sua coluna no O Globo de domingo (31/1): “Dirigentes do setor de supermercados estão ligando para deputados para defender o retorno imediato do Auxílio Emergencial. Em janeiro, o primeiro mês sem o Auxílio, os resultados de vendas foram piores que as piores expectativas do setor. Os brasileiros reduziram as compras até de arroz, feijão, ovos e macarrão”.

Endividamento das famílias em 2020 é o maior em 11 anos

O endividamento das famílias brasileiras bateu recorde e encerrou o ano 2020 em 66,5%, o maior patamar em 11 anos, segundo pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional do Comércio.

A inadimplência das famílias com contas ou dívidas em atraso também aumentou em grande proporção em 2020, alcançando 25,5% do total das famílias. Também cresceu no ano o percentual (11,2%) dos que declararam não ter condições de quitar seus débitos em 2021.

Em relação à capacidade de pagamento, houve avanço de 0,5 ponto percentual no item que diz respeito ao comprometimento de renda com dívidas – média anual de 30% em 2020.

No ano passado, o desemprego recorde, as rendas arrojadas e a inflação dificultaram ainda mais a vida dos brasileiros, que entram em 2021 endividados e sem o auxílio emergencial que ajudou 68 milhões de brasileiros, trabalhadores informais e desempregados, a enfrentarem a crise sanitária e seus efeitos sobre a economia em recessão.

O incremento no endividamento se deu de forma mais intensa entre as famílias com até 10 salários mensais de renda, assim como a piora nos



Trabalho precário aumenta no país: 33,5 milhões de brasileiros, diz IBGE

Segundo a PNAD Contínua, no trimestre terminado em novembro, 14 milhões de pessoas estavam desempregados

A taxa de desocupação no trimestre terminado em novembro do ano passado ficou em 14,1%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quinta-feira (28). Isso significa que 14 milhões de brasileiros estavam desempregados em novembro. É a maior taxa para o trimestre móvel encerrado em novembro desde 2012.

Em relação ao trimestre anterior – junho a agosto (14,4%), a taxa ficou “estável”, diz o IBGE. Na comparação com o mesmo período de setembro a novembro de 2019 (11,2%), mais 2,2 milhões de pessoas ficaram sem emprego. O contingente total de pessoas ocupadas no país caiu 9,4% na comparação com o trimestre encerrado em novembro de 2019, o que representa uma redução de 8,8 milhões de pessoas.

INFORMALIDADE CRESCE

A taxa de informalidade chegou a 39,1% da população ocupada, o que representa 33,5 milhões de trabalhadores informais no país, sem qualquer proteção no trabalho e sem direitos trabalhistas. No trimestre anterior, a taxa foi de 38%.

A população subutilizada – os desempregados, as pessoas que trabalham menos horas do que gostariam e os que gostariam de trabalhar e não encontram emprego – é de 32,2 milhões de pessoas.

A população desalentada – aqueles que desistiram de procurar emprego, atingiu 5,7 milhões de brasileiros e o número de trabalhadores por conta própria, os que sobrevivem de bico, chegou a 22,9 milhões de pessoas.

Durante todo o ano passado, a taxa de desemprego veio batendo recordes. Com a flexibilização das medidas de isolamento social no combate à Covid-19, somado ao período de fim de ano, o número de pessoas ocupadas aumentou 4,8% no trimestre encerrado em novembro e chegou a 85,6 milhões. Um total de 3,9 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho em relação ao trimestre anterior.

Em novembro do ano passado, um grande parte dos 68 milhões de trabalhadores informais e desempregados ainda recebiam os R\$ 300 do auxílio emergencial. Economistas estimam que com o fim do benefício, já no início deste ano, começou uma grande procura por emprego elevando a taxa de desocupação a cerca de 20%.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.250.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Bolsonaro diz que não é problema seu a tragédia de Manaus-AM



Governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB)

Flávio Dino: “é um erro monumental acabar com a ajuda de emergência”

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou, em entrevista ao jornal espanhol *El País*, que o comportamento de permanente confronto adotado por Bolsonaro “é fundamental na sua identidade política até para esconder a sua incompetência”.

O jornal espanhol destacou que o governador Flávio Dino tem uma presença no debate nacional brasileiro muito acima do que o peso real de seu pequeno estado litorâneo, muito desigual e subdesenvolvido. Juiz e deputado antes de romper a hegemonia da oligarquia local há seis anos, ele combina, segundo *El País*, sua filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a um esquerdismo pragmático e à fé católica.

A reportagem foi conduzida por Naiara Gallaraga Gorriázar e foi publicada pelo *El País* neste sábado (30). Flávio Dino recebeu a equipe do jornal no palácio do governo, em sua cidade natal, momentos após a posse de Joe Biden nos Estados Unidos. Ele falou do governo Bolsonaro, da frente ampla, da pandemia e da Amazônia. Leia abaixo a íntegra da entrevista.

Como um governador comunista coexiste com um presidente de extrema direita?

É uma relação difícil porque as diferenças ideológicas são compostas por uma singularidade do Bolsonaro. Prioriza o confronto, é fundamental na sua identidade política até para esconder a sua incompetência. A convivência é muito difícil com todos. É o período da nossa história em que há maior distância entre o governo federal e os governos estaduais. Claro, toda regra tem sua exceção.

O senhor afirma que “o fim do governo Trump é (...) um anúncio do amanhecer que o Brasil tanto as chances de reeleição do Bolsonaro?”

Expande o isolamento de Bolsonaro. E agora ele está totalmente sem suporte em um mundo interdependente. Um governo isolado tem muitas dificuldades em encontrar soluções para problemas que transcendem fronteiras, como o meio ambiente ou a pandemia. Quando você vai com um governo que se orgulha do isolamento, fica difícil conseguir vacinas, como vemos agora.

O fim do pagamento do auxílio emergencial é outro problema sério. Agora toda a pressão vai recair sobre estados e municípios. Como você vai lidar com isso?

É um problema muito profundo. Tem uma dimensão para as famílias beneficiárias, mas os efeitos sociais negativos vão além disso. Eles serão excluídos do mercado de consumo e isso tem um impacto na criação de empregos. É um erro monumental acabar com a ajuda de emergência. Se ele foi criado para mitigar os efeitos da pandemia e ainda está vivo como está, não há razão para extingui-lo. Acredito que a responsabilidade fiscal não pode ser separada da responsabilidade social. O certo é prorrogar até meados deste ano, quando acho que veremos os efeitos da vacinação. Não tenho Banco Central, não emito moeda, nem posso contrair dívidas, procuro adotar medidas de contenção de danos como auxílio a quem coleta resíduos sólidos.

Como presidente do consórcio de governadores da Amazônia legal, o senhor teme que Biden pressione comercialmente o Brasil para mudar sua política ambiental?

É um risco. Temos uma preocupação global justa, mas também concorrentes (agrícolas) que queiram aproveitar e um país sem alianças. É isso compõe um cenário muito frágil. No plano internacional, mais importante do que punir o Brasil é fortalecer os esforços de quem quer proteger a Amazônia, por exemplo, o consórcio de governadores da Amazônia, que tem uma postura diferente da do governo federal. Todos concordam que a ideia de que não existe lei ou controle na Amazônia é negativa para o Brasil. Os grandes produtores mato-grossenses sabem que o risco de sanções internacionais é grave. Biden falou de um fundo de 20 bilhões de dólares. Acredito que seja possível construir uma grande aliança envolvendo até setores do governo federal. Os Estados Unidos e empresas internacionais poderiam ajudar a viabilizar um fundo de pagamento por serviços ambientais porque isso protege o meio ambiente. Porque a população que mora na Amazônia tem que encontrar uma forma de se sustentar economicamente, e os serviços ambientais estão. Isso possibilitará práticas alternativas que permitam às pessoas viver sem devastar a selva.

Será possível forjar uma ampla frente de oposição contra o Bolsonaro para as eleições presidenciais de 2022?

Acho que em um primeiro turno teremos dois ou mais candidatos, à esquerda e à centro direita. É interessante a ampla frente que se criou para a presidência da Câmara dos Deputados em torno da Baleia (Rossi), que é de centro-direita, mas que praticamente toda a esquerda apoia. Isso indica que estamos em um momento diferente. Há dois anos, apenas nós de esquerda apoíamos Rodrigo Maia. E fomos muito criticados. A história mostra que tínhamos razão porque Maia foi muito importante na contenção do golpe de Bolsonaro e das intenções ditatoriais. Portanto, mesmo que você não tenha uma ampla junção no primeiro turno, no segundo é possível. É uma mudança qualitativa importante para todos porque o Brasil, a Amazônia, não aguenta mais quatro anos de Bolsonaro.

O que é um comunista em você?

É claro que o conceito não é o mesmo do século XIX. Costumo dizer no PCdoB que o símbolo da foice e do martelo não expressa mais o mundo do trabalho. A chave é como você lida com a desigualdade. Acredito que a desigualdade deve ser compensada, mas sem praticar aquele igualitarismo padronizado que é uma contra utopia. Eu me considero de esquerda porque sou um militante contra as injustiças sociais. Acredito que o papel do Estado e das políticas públicas seja insubstituível para corrigir a tendência do mercado de concentração de riquezas nas mãos de poucos. Não está eliminando o mercado. É essa é outra distinção importante em nosso pensamento a respeito da esquerda clássica.

Fonte: *El País*



Bolsonaro sabota a vacina e nem se responsabiliza pelo oxigênio dos hospitais Bolsonaro faz farra com bilhões dos cofres públicos na tentativa de anexar o Congresso

Com a popularidade de cada vez mais em baixa e no desespero para blindar a si mesmo e seu governo dos crimes de responsabilidade, Bolsonaro está arrombando os cofres públicos e torrando bilhões na tentativa de anexar a Câmara e o Senado, nas eleições das mesas das Casas, que acontecerão nesta segunda-feira (1º de fevereiro).

Bolsonaro apoia Arthur Lira (PP-AL) para presidir a Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o Senado.

O Estadão revelou uma planilha de controle de recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional, que beneficiou 250 deputados e 35 senadores com R\$ 3 bilhões de dinheiro extra, além dos recursos que eles já têm direito a direcionar por meio de emendas.

O dinheiro que deveria ser direcionado para a compra de vacinas, equipamentos e insumos para combater a pandemia está sendo dilapidado para o interesse sórdido de Bolsonaro de submeter o parlamento.

Bolsonaro também alega que o país está quebrado e não tem dinheiro para prorrogar, por poucos meses, o auxílio emergencial e ajudar – durante a pandemia – trabalhadores desempregados e desamparados. Segundo projeção da FGV Social, quase 27 milhões de pessoas estão na extrema pobreza, neste mês de janeiro, com o fim do auxílio emergencial.

No entanto, está sobrando recursos

Ministro de Bolsonaro agride caminhoneiros e diz que eles estão ‘mamando’ no governo

Em áudio em que o ministro discute com um caminhoneiro, o ministro da Infraestrutura do governo, Tarcísio Gomes Freitas, indignou a categoria ao dizer que os caminhoneiros têm que desmamar do governo, insinuando que os motoristas têm benesses demais. “Você tem que desmamar do governo”, disse ele.

Em um dos trechos da conversa, o ministro é cobrado pelo motorista a mostrar qual é a pauta do governo para a categoria. O ministro se nega a dizer qual é a pauta: “Eu já dei a pauta do que nós estamos fazendo. E a que nós temos, eu não vou botar em público porque eu não vou dar palanque

para a esbórnica bolsonarista, para avacalhar o Congresso e tentar transformá-lo num apêndice do Planalto.

Segundo o jornal, outras fontes apontam que o total de recursos liberados é de cerca de R\$ 16,5 bilhões.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), falou que o governo liberou para este triste fim R\$ 20 bilhões.

“Pela conta que eu fiz, e pelo orçamento que nós teremos para 2021, pelo que eu já vi que o governo está prometendo junto com o seu candidato, vai dar pelo menos uns R\$ 20 bilhões de emendas extra-orçamentárias. Eu quero saber em que orçamento para o ano de 2021, com todo o problema do teto de gastos, (terá espaço). (Como) eles poderão cumprir, se vitoriosos, essa promessa?”, questionou Maia.

“Acho que, a cada dia que passa, as pessoas vão vendo que vão acabar sendo enganadas nesse tomalá, dá cá. Agora, desde o início de janeiro, abriram o cadastro em três ministérios. Dois, é natural: Turismo e Agricultura. Mas MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional)? Nunca abriu cadastro em janeiro. Então, está se abrindo o cadastro para se gerar uma expectativa que, do meu ponto de vista, que conheço o orçamento público, das projeções para este orçamento, vai ser muito difícil de cumprir”, prosseguiu Rodrigo Maia.

“Há diferença. Uma coisa é a formação de uma base que, com ela, você governa com os partidos que fazem parte dessa base. A outra coisa é você ser minoria na Câmara e, no processo eleitoral, tentar construir uma maioria baseada na troca de cargos e emendas. São coisas diferentes”, comentou Maia.

O gabinete do ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, é a toca das negociatas das candidaturas que Bolsonaro apoia.

Ainda conforme a reportagem, o candidato governista à presidência da Câmara, deputado Arthur Lira, orienta os deputados a ir ao gabinete do ministro Luiz Ramos e acompanhar todas as etapas do processo, negociando conforme seus interesses e envolvendo seus apadrinhados, que já estão em vários postos importantes do Ministério de Desenvolvimento Regional, pasta de onde sai o dinheiro.

Parlamentares dizem que, a portas fechadas, o ministro Ramos sonda a disposição do deputado de votar em Arthur Lira em troca de verbas; se o deputado indica que votará em Lira, seu nome é incluído imediatamente na planilha.

Como em vários momentos em que governos sem escrúpulos e corruptos lançaram mão do asqueroso tomalá, dá cá para sobreviver, a ação de Bolsonaro está fadada ao fracasso e será um tiro no pé.

Disse que não “é competência nossa e nem atribuição levar o oxigênio para lá, demos os meios” E agrediu a sociedade: “trabalho excepcional do Pazuello, tremendo gestor”, falou

Jair Bolsonaro afirmou neste sábado (30) que o governo federal não tinha obrigação nenhuma de garantir o envio de oxigênio para a cidade de Manaus durante o caos que levou dezenas de pessoas à morte por falta de tubos de oxigênio. “Não é competência nossa e nem atribuição levar o oxigênio para lá, demos os meios”, disse ele, acrescentando que “o governo federal enviou R\$ 9 bilhões para o estado do Amazonas em 2020”.

Numa atitude carregada de cinismo, Bolsonaro ainda agrediu a sociedade elogiando o “trabalho” de Pazuello durante a crise. Trabalho este que resultou nas dezenas de mortes por asfixia, já que o ministro não garantiu o envio dos torpedos em tempo hábil. “Trabalho excepcional do Pazuello, tremendo gestor”, disse o presidente.

E, invertendo completamente a realidade, Bolsonaro afirmou o seu subordinado pelas mortes ocorridas em Manaus. “Pode investigar o Pazuello, não tem problema nenhum, não tem omissão. Ele trabalha de domingo a domingo, vira noite. Eu duvido que outra pessoa, né, teria tido a resposta que ele está dando”, disse o presidente.

Esse trabalho “de domingo a domingo” de Pazuello, já tinha sido responsável pela total inação do Ministério da Saúde, pelo atraso nas vacinas, pelos testes perdidos e pela não compra das seringas e agulhas necessárias à vacinação, entre outras coisas.

“Agora, ele (Pazuello) ficou sabendo em uma sexta-feira do problema do gás e na segunda foi em Manaus, na terça programou tudo e na quarta começou a chegar já o oxigênio lá com aviões da força aérea e balsa”, disse Bolsonaro, em mais uma mentira, desmentida por todos os órgãos que estão investigando o caso. Pazuello sabia oito dias antes que o caos ia se instalar e não fez nada. O oxigênio só começou a chegar em Manaus no dia 12 de janeiro.

Ele mesmo admitiu isso em documento oficial do órgão. “Há possibilidade iminente de colapso do sistema de saúde, em 10 dias”, afirma um documento do ministro Eduardo Pazuello sobre o sistema de saúde de Manaus. O diagnóstico foi a principal conclusão de uma comitiva do Ministério da Saúde que visitou a capital do Amazonas mais de uma semana antes do colapso no sistema de saúde local.

Ele tanto não resolveu o problema do oxigênio que, como o próprio Bolsonaro admitiu, “começou a transportar o pessoal doente também de Manaus para outras capitais aí da redondeza em especial para os hospitais universitários”. Se tivesse resolvido, não precisava transferir os pacientes da cidade, inclusive aumentando a chance de espalhar o vírus mutante para outras regiões do país.

A sociopatia de Bolsonaro faz com que ele minta com o maior cinismo e sem um pinga de cerimônia. Os R\$ 9 bilhões que ele afirma que enviou para o estado do Amazonas não foram exclusivamente para o combate à pandemia, como ele tenta fazer crer. Estava-se vivendo uma calamidade na cidade de Manaus.

Neste montante citado por Bolsonaro, que é uma verba dirigida a todo o estado e municípios, estavam incluídos recursos do Fundeb, destinados à Educação e recursos dos fundos de participação estaduais e municipais, que são transferências obrigatórias usadas para diversas despesas.

Ou seja, para a calamidade, não foi enviado nada de significativo. Tanto que sistema de saúde entrou

PF abre inquérito contra Pazuello por atuação criminoso em Manaus

A Polícia Federal abriu nesta sexta-feira (29) inquérito para investigar a criminoso conduta do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na crise sanitária do Amazonas.

A determinação para abertura de inquérito foi do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendendo a uma representação do partido Cidadania.

O inquérito tramitará no Serviço de Inquéritos Especiais (Sing) porque Pazuello, na condição de ministro, tem foro privilegiado.

O ministro da Saúde é investigado pelo colapso na saúde pública no Amazonas. Pacientes morreram pela falta de oxigênio medicinal nos hospitais e muitos foram transferidos para receber atendimento médico em outros Estados.

O próprio Ministério da Saúde admitiu que tinha

em colapso, não havia leitos para internação e faltou até o básico que era o oxigênio para os hospitais e pronto socorros. Pessoas estavam morrendo por falta de oxigênio. O governo já sabia há oito dias do colapso. O governo não tomou providências, segundo as primeiras informações, porque não dispunha de aeronaves para transportar o oxigênio.

Depois viu-se que a demora se deu porque a atenção do governo e do Ministério da Saúde estava mais voltada para a distribuição de cloroquina e ivermectina, num total desrespeito às orientações da própria Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que deu parecer pela ineficácia dessas drogas, do que em atender a emergência da falta de oxigênio.

Nas primeiras semanas de 2021, pelo menos 30 pessoas morreram na capital do Amazonas em decorrência da falta de oxigênio hospitalar, um insumo que vital para tratar pacientes graves da Covid-19, que não conseguem respirar sem o oxigênio extra. O ministro Eduardo Pazuello, elogiado por Bolsonaro, está sendo investigado em inquérito do STF aberto pela Polícia Federal por omissão nessas mortes, já que ele sabia do iminente colapso pelo menos oito dias antes de ocorrer.

Leia aqui íntegra do pedido de abertura do inquérito contra Eduardo Pazuello.

A Procuradoria Geral da República (PGR), responsável pelo pedido de abertura do inquérito contra Pazuello, diz, num trecho de seu documento, que “de início, infere-se que apesar de ter sido observado o aumento do número de casos de covid-19 já na semana do Natal, o Ministro da Saúde optou por enviar representantes da pasta a Manaus apenas em 3/1/2021, uma semana depois de ter tomado conhecimento da situação calamitosa em que se encontrava aquela capital”.

O pedido também mostra que o Ministério da Saúde foi avisado sobre a possibilidade de falta de oxigênio hospitalar em Manaus no dia 8 de janeiro, pelo gerente local da White Martins, Petrónio Bastos. A empresa é a maior fornecedora do insumo no país. Em vez de providenciar o envio de mais cilindros de oxigênio para a capital amazônica, representantes do Ministério da Saúde se limitaram a visitar as instalações da empresa em Manaus, diz o pedido da PGR.

Um outro fato que despertou suspeitas na PGR foi que, no dia 14 de janeiro, portanto seis dias depois de Eduardo Pazuello já estar a par oficialmente do colapso no sistema de saúde de Manaus, o ministério fez a entrega de 120 mil unidades de hidroxocloroquina, medicamento sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19. O ministro ainda anunciou, já no meio de crise, com pessoas morrendo asfixiadas, a criação de uma força-tarefa, não para o oxigênio, mas (pasmem) para fiscalizar se os postos de saúde estavam recebendo cloroquina e ivermectina para os pacientes.

A partir daí, o ministro passou a entrar na mira do Ministério Público, do Supremo e da Polícia Federal, além de um forte repúdio da sociedade. Pazuello pode ser responsabilizado de duas formas: pelo crime de prevaricação; e por improbidade administrativa. “Em tese, a investigação poderia resultar na imputação do crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal, com pena de até um ano de detenção”, diz a advogada criminalista Fernanda de Almeida Carneiro, do escritório Castelo Branco Advogados.

conhecimento antecipado da iminência da falta de oxigênio, mas não tomou nenhuma medida efetiva para solucionar o problema.

Pelo contrário, o ministro enviou uma “força-tarefa” de médicos para forçar o uso de cloroquina para tratar dos pacientes de Covid-19 nos hospitais de Manaus. Todos os estudos mostram que a cloroquina é ineficaz contra o vírus.

Pazuello terá a prerrogativa de marcar dia, horário e local para ser ouvido em depoimento pela Polícia Federal.

O envio do caso a Lewandowski foi determinado na segunda-feira (25) pela vice-presidente do STF, Rosa Weber – que está à frente do plantão judiciário durante o recesso.

Lewandowski já é relator de outros temas ligados à pandemia e, por isso, foi designado como responsável pela análise.

Inspeção da Anvisa não vê nada irregular na fábrica da Sputnik V

Agência alegava que União Química produzia o imunizante sem autorização. Fabricante esclarece que produção ainda se encontra em fase de estudo

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a vigilância sanitária do Distrito Federal inspecionaram na última quarta-feira (27) a produção de insumo à vacina Sputnik V, contra a Covid-19, na fábrica da União Química (Bthek) em Santa Maria, cidade satélite de Brasília. A empresa tem parceria com o Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF).

No entanto, a inspeção não faz parte do processo de obtenção do certificado de boas práticas de produção, uma das etapas para se obter autorização de uso emergencial de um imunizante ou registro de uma vacina.

Segundo a Anvisa, a visita teve como objetivo avaliar as atividades realizadas na fábrica após notícias de que a empresa farmacêutica já estaria fabricando o Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) da Sputnik V para o uso em humanos.

As equipes identificaram

que a fábrica não está produzindo o insumo em escala industrial, mas somente a lotes de desenvolvimento “como parte do processo de transferência de tecnologia formalmente estabelecido em contrato entre as partes”, informou a Anvisa.

O laboratório informou à agência que o processo de transferência de tecnologia para fabricar a Sputnik V ainda não foi concluído. A União Química é a responsável pelo imunizante de origem russa no Brasil.

A União Química tenta protocolar um pedido de uso emergencial da Sputnik V, mas sofre resistência da Anvisa que não ser possível liberar o uso pois não a Fase 3 dos testes, que determina o grau de eficácia do imunizante, não foi realizada no Brasil.

Entretanto, o pedido para a realização da fase 3 em território nacional também foi negado pela agência, que alega falta de documentos para a liberação.

Defensores públicos apoiam ação do Governo da Bahia por uso da Sputnik V

Mesmo com a Anvisa não autorizando o uso do imunizante, o governo da Bahia busca autorização do STF para importar e distribuir doses da Sputnik V, desde que com registro de uma agência reguladora de referência internacional.

O governo baiano recebeu apoio de defensorias públicas de 21 estados e do Distrito Federal, que pediram para fazer parte da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com o objetivo de viabilizar a vacina Sputnik V para imunização da população.

O requerimento foi formalizado pelo Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores e pelo Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais e traz uma série de pesquisas que comprovam que a população com menos recursos financeiros e com menos instrução é a mais afetada pela pandemia.

A petição dos defensores ressalta o fato de haver uma disputa mundial pelos insumos e vacinas e de já estar bastante diagnosticado o atraso em que se encontra o Brasil, com a perda de milhares de vidas de brasileiros, dor e sofrimento.

Para as defensorias, diante desse cenário, deve ser considerado que a vacina Sputnik V, desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, já se encontra aprovada para uso emergencial, com imunização em curso das populações da Rússia, Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Bolívia, Bielorrússia, Sérvia, Argélia, Turcomenistão, Hungria, Palestina, Argentina e Paraguai.

No caso dos dois últimos, as certificações das respectivas agências reguladoras para uso emergencial foram realizadas pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), braço da Organização Mundial de Saúde (OMS) nas Américas.

Para Mauro Schechter, professor titular de Doenças Infecciosas da UFRJ e de epidemiologia da Universidade de Pittsburgh e da Johns Hopkins University, não há nenhuma razão para a Anvisa não aprovar vacinas que receberam o aval de agências reguladoras como a FDA dos Estados Unidos ou da EMA da Europa.

Além disso, como a preparação dos dossiês (o chamado Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamentos) é, em geral, onerosa, pois é necessário muitas vezes traduzir os documentos para português, as empresas não devem apresentar pedidos para agência sem uma eventual chance

de venda no país.

No caso da Sputnik V, diz ele, é possível que seja uma questão de nacionalismo. “A Anvisa possui critérios técnicos rigorosos, mas não é mais rigorosa do que essas agências internacionais. Se as outras agências avaliaram as vacinas e determinaram que são seguras e eficazes, não tem por que a Anvisa não aceitar”.

Em relação à determinação de conduzir testes no país, o pesquisador afirma que embora possa, sim, haver diferenças genéticas entre as populações, é muito difícil que um medicamento ou vacina encontrado como seguro e eficaz em outros países não possa ser aprovado aqui.

“A população brasileira é a mais diversa, e uma vacina testada só em um grupo muito homogêneo pode ter diferença. Mas se ela foi testada, por exemplo, em asiáticos e africanos, não há razão para dizer que não vai funcionar aqui”.

MEDIDA PROVISÓRIA

No começo do mês janeiro, o governo federal permitiu que o Ministério da Saúde comprasse vacinas no exterior antes da aprovação da Anvisa, desde que elas estivessem aprovadas por algumas agências internacionais específicas. Documentos internos mostram que o Brasil excluiu a Rússia da lista de países que poderiam se beneficiar disso, o que deve dificultar a compra da vacina Sputnik V.

O governo federal deu essa permissão para o Ministério da Saúde através de uma Medida Provisória (MP), que listava agências regulatórias que podiam acelerar a compra de vacinas. Entre elas estão as agências dos Estados Unidos, China, União Europeia, Reino Unido e Japão.

Antes de a MP ser aprovada, existia uma minuta, com data de 29 de dezembro, que incluía a agência sanitária da Rússia entre essas entidades que poderiam acelerar a compra de vacinas. Um texto até citava que a inclusão desse país aumentaria as opções de compras do Brasil no exterior. Mas em 6 de janeiro a MP foi aprovada sem essas citações à Rússia.

Em dezembro, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, incluiu a vacina Sputnik V entre os imunizantes que poderiam integrar o plano nacional de imunização. Mas até agora o governo federal só comprou vacinas da CoronaVac e da Astrazeneca, mesmo tendo possibilidade de comprar outros imunizantes que ainda não tenham aprovação da agência sanitária.



Fábrica no DF envasará mais de 10 milhões de doses do imunizante russo

Sem UTIs e oxigênio, estado do Amazonas ultrapassa 8,2 mil mortos pela Covid-19

O estado do Amazonas ultrapassou neste fim de semana a marca de 8 mil óbitos em decorrência da Covid-19. Segundo os dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) desta segunda-feira (1), são 268.717 registrados no estado, com 8.266 óbitos confirmados.

Com recordes de casos e UTIs lotadas, a capital Manaus se tornou o epicentro brasileiro desta nova onda da doença.

Para o pesquisador e epidemiologista Jessem Orellana, da Fiocruz Amazônia, a situação se agrava pela falta de vontade do governo federal de resolver o problema da falta de oxigênio para as vítimas do coronavírus.

“Manaus, em particular, foi dura e duplamente castigada durante a primeira onda, em abril e maio, e agora enfrenta uma segunda onda ainda mais violenta e com traços mais desumanos, como essas mortes que aconteceram por asfixia nos hospitais, que historicamente são lugares para salvar vidas”.

Segundo ele, a única solução para vencer a epidemia é a vacina. “Infelizmente, é um mecanismo que está sendo desconstruído pelo próprio presidente, cuja uma série de ações acabou retardando a produção, a aquisição e a distribuição de imunizantes”.

“É muito preocupante ver



Cemitério de Nossa S. Aparecida, em Manaus

o presidente com este tipo de comportamento, e seus seguidores de extrema direita fazendo a mesma coisa, pastores evangélicos pregando que essas vacinas têm um microchip, que podem causar câncer. Não temos muita esperança de ter um sucesso como historicamente tivemos em outras campanhas nacionais de vacinação. Os imunizantes são seguros e eficazes, mas infelizmente essas falácias acabam desconstruindo essa que pode ser a única solução para o Brasil sair dessa grave crise sanitária e humanitária”.

TRANSFERÊNCIAS

O estado do Amazonas vive em situação de calamidade, com a falta de oxigênio e superlotação dos leitos de UTI para os infectados, o que no caso, faz o Amazonas enviar os pacientes para outros

estados brasileiros.

Nesta segunda, mais 17 pacientes com Covid-19 foram transferidos da capital Manaus para Porto Alegre (RS). Com isso, o total de enviados a outros estados chegou a 414 - incluindo oito pacientes não Covid.

Nos dias 14 e 15 de janeiro, Manaus viveu tristes cenas de caos na Saúde por conta da falta de oxigênio nos hospitais. O governo informou que a média de 30 m³ subiu para 70³ em poucos dias, e ultrapassou a capacidade de fornecimento da empresa contratada.

O mês de janeiro deste ano já tem o maior número de novas internações por Covid desde o começo da pandemia. Até então, abril e maio registravam os recordes da doença, quando o estado passou pela primeira onda.

Nelson Sargento é vacinado no Rio e marca início da imunização de idosos

Cantando o samba “Agoniza mas não morre” que o baluarte da escola de samba Mangueira, Nelson Sargento, de 96 anos, recebeu sua primeira dose da CoronaVac, a vacina contra Covid-19, durante cerimônia no Palácio da Cidade, no Rio de Janeiro, na manhã deste domingo (31).

Nelson Sargento participou da cerimônia ao lado do ator Orlando Drummond, 101, e mais três idosos com mais de 95 anos: a costureira Sebastiana da Conceição, 98; e as donas de casa Dulcinéia Gomes, de 97 anos, e Neiva Brandão, 95.

Após ser vacinado, Nelson Sargento afirmou: “Que felicidade. Noventa e seis anos numa homenagem dessa, a gente agradece a Deus”.

O sambista ainda emendou um dos versos mais famosos de sua carreira:

“Samba, Agoniza mas não morre, Alguém sempre te socorre, Antes do suspiro derradeiro”.

Presente no evento, o prefeito Eduardo Paes (DEM) destacou a importância do momento: “Estamos começando a vacinação da população em geral, priorizando aqueles que têm que ser priorizados, a população idosa. É emocionante ver



Homem negro foi espancado até a morte no RS

o Nelson Sargento, e saber que ele vai poder continuar vivendo e cantando a sua poesia; é emocionante ver o seu Peru, que encheu de alegria nossas vidas na televisão e no rádio; é uma alegria ver pessoas anônimas que, para suas famílias, seus entes queridos, são tão importantes”.

A partir desta segunda-feira (1/2) e até o fim de fevereiro, a vacinação será escalonada na cidade. Na primeira semana, serão vacinadas pessoas acima de 95 anos. A campanha mobilizará 236 clínicas da família, centros de saúde e postos no sistema drive-thru. Para cada dia da semana, haverá uma idade específica.

Paes afirmou que em dois meses será possível vacinar todos os morado-

res da cidade acima de 60 anos. De acordo com a prefeitura, ainda este mês o município vai receber mais doses da vacina CoronaVac, do Instituto Butantan.

“O nosso desejo e sonho é que nos próximos dois meses, isso obviamente vai depender da chegada da vacina, é vacinar todos os cariocas acima de 60 anos de idade, que é a população mais vulnerável e tem ido mais a óbito com o coronavírus. Nunca é demais para gente fazer um apelo para que as pessoas entendam esse momento, respeitem essas histórias lindas de vida e que segurem um pouco mais a onda, se controlem para que as pessoas possam viver mais”, destacou.



Informações de 220 milhões vazam

OAB cobra investigação do vazamento de dados de milhões de brasileiros

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitou que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) investigue o vazamento de dados de mais de 220 milhões de brasileiros. As informações foram disponibilizadas para venda na internet, e o ocorrido foi noticiado em veículos de comunicação.

No ofício enviado à ANPD, a Ordem dos Advogados manifesta preocupação com o vazamento, que compreende uma base de CPFs em número superior ao da população brasileira. São 37 bases de dados que abarcam nome, endereço, foto, score de crédito, renda, situação na Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Parte dos dados, como nome e CPF, foi publicada na internet gratuitamente. Já o conjunto completo dos registros está sendo vendido em fóruns da rede.

“O ocorrido submete praticamente toda a população brasileira a um cenário de grave risco pessoal e irreparável violação à privacidade e precisa ser investigado a fundo pelas autoridades competentes, em particular por essa agência”, destaca o ofício da OAB.

A OAB ainda ressalta que não houve notícia sobre medidas adotadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre o incidente. O ofício lembra que a Lei Geral de Proteção de Dados (No 13.709 de 2018) atribui à ANPD a responsabilidade de fiscalizar agente de tratamento, inclusive por meio de auditorias, e pede que o órgão tome providências.

Segundo a presidente da Comissão de Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro, Estela Aranha, este pode ser o maior vazamento de dados da história do país, não somente em número de pessoas mas também na diversidade de informações. De acordo com Estela a primeira tarefa é investigar como o vazamento ocorreu e quem está por trás dele para responsabilizar o controlador do banco de dados. Ela acrescenta que, emergencialmente, é preciso ter também um plano de contingência, com as medidas que precisam ser tomadas para reduzir os riscos para as pessoas cujas informações foram vazadas ou colocadas à venda.

“A primeira é informar amplamente os titulares dos dados sobre os riscos envolvidos e quais medidas podem ser tomadas para mitigar possíveis danos. Outra é que deve recair sobre o controlador dos dados a responsabilidade por tais medidas”, explica a advogada. Segundo Estela, nos Estados Unidos, houve um episódio de grande vazamento da empresa Equifax que terminou com um acordo para a criação de um fundo de US\$ 420 milhões direcionados ao ressarcimento das perdas das vítimas.

Como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados foi efetivamente instituída há alguns meses, Estela Aranha defende a busca de parceria desta com outras instituições, como a Polícia Federal e a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Não há comprovação de onde os dados teriam saído. Para o diretor da Associação Data Privacy Brasil, Rafael Zanatta, ou o responsável reuniu todas essas informações, ou elas foram obtidas de alguma base.

Há uma suspeita de que tais informações poderiam ter vindo da Serasa Experian, que trabalha com análise de crédito. A hipótese foi motivada pelo fato de terem sido encontradas semelhanças entre os dados vazados e os usados pela empresa. A Serasa negou que os dados tenham vazado de sua base.

Para Zanatta, a prioridade agora é investigar a origem para avaliar as formas de responsabilização de quem está por trás do vazamento, partindo dos indícios já existentes. Ele entende que seria necessário “delimitar, por meio de auditoria da ANPD, os servidores da Serasa e as bases [vazadas] para responder qual o grau de similitude”.

Zanatta explica que, no caso das pessoas que tiveram dados vazados ou comercializados, ainda não há nada que possa ser feito enquanto não forem encontrados os responsáveis, mas argumenta que é para além da ANPD e que outros entes públicos, como o Congresso Nacional, podem debater medidas para mitigar os efeitos do vazamento e evitar novos incidentes como este.

Em nota à Agência Brasil, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados respondeu que, desde que tomou conhecimento do incidente, “destacou todo seu quadro técnico para analisar, com base na LGPD, os aspectos que cercam o ocorrido”.

A autoridade diz que já recebeu informações do Serasa e oficiou a Polícia Federal, a empresa Psafe, que encontrou o vazamento, o Comitê Gestor da Internet no Brasil e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) instaurou procedimento para averiguação do caso. A Serasa Experian foi notificada para informar se os dados saíram de sua base, ou de operadores que tratam informações a seu mando, e por quanto tempo os dados ficaram expostos.

No inquérito, a Senacon quer saber também quem teve acesso aos dados vazados, quais informações foram acessadas e que medidas foram adotadas para melhorar a segurança e proteção da informação destes indivíduos. A Senacon deu 15 dias para que a Serasa respondesse aos questionamentos.

Parlamentares e sindicatos se unem contra fim do passe livre para idosos



Entidades denunciaram medida é covardia e medida injustificável



Sindicatos de Aposentados e movimentos sociais exigem revogação Manifesto de aposentados pede que medidas de Doria e Covas contra idosos sejam revogadas

Entidades de aposentados, sindicatos e movimentos sociais lançaram um manifesto contra o fim da gratuidade nos transportes públicos para idosos entre 60 e 64 anos, instituído pelo Governo estadual e pela Prefeitura de São Paulo.

“Enquanto o governador João Dória acabou com a gratuidade através de um decreto, o prefeito Bruno Covas, por meio do seu líder na Câmara dos Vereadores, anexou o tema a um projeto de lei que tratava de assuntos relativos às subprefeituras, e sem relação com o direito dos idosos ao passe livre nos transportes públicos”, afirma o manifesto.

Segundo o Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT); Sintap (Sindicato Nacional dos Aposentados/CUT); FAPESP (Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo); CMB (Confederação das Mulheres do Brasil); FACESP

(Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo); UNEGRO (União de Negras e Negros Pela Igualdade) e UEESP (União Estadual dos Estudantes de São Paulo), que subscrevem o manifesto, a medida da Prefeitura e do Governo do Estado foi “uma manobra antidemocrática, sem debate ou justiça, no apagar das luzes de 2020”.

As entidades denunciam que ainda mais “inaceitável” é ter sido implementada “em meio a uma grave crise econômica, social e sanitária, na qual são justamente os idosos a imensa maioria das vítimas fatais”.

Segundo elas, “tal medida atinge diretamente o direito dessa população à saúde e à vida”. E justamente nesse “momento de tantas dificuldades, em que a população precisa de mais apoio do poder público e de seus direitos garantidos e ampliados”.

“Também são os idosos o grupo que mais sofre restrições de locomoção, convivência e trabalho nesse momento. Tal realidade traz consigo

consequências gravíssimas para a saúde mental e física, assim como para a obtenção das condições econômicas mínimas para a sua subsistência. Mais do que nunca, é obrigação do Poder Público amparar e apoiar os idosos. Não fazê-lo é um ato de desumanidade e choca ver os governos agirem dessa maneira”.

As entidades argumentam, ainda, que “a alardeada economia aos cofres públicos que seria alcançada com essa medida insensível não paga os custos sociais e os sacrifícios gerados para milhares de idosos”.

E finalizam clamando o poder público ao diálogo e pedem a revogação do decreto e da lei, por “uma rede de proteção aos nossos mais velhos, que tanto contribuíram e contribuem com nosso país”.

Além das entidades subscritoras do documento, apoiam o manifesto confederações de trabalhadores, sindicatos, associações profissionais, comunitárias e de mulheres e entidades estudantis.

Corte no transporte gratuito para idosos acima de 60 anos é inconstitucional, denuncia nota do Idec

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) elaborou uma nota técnica sobre o corte da gratuidade nos transportes públicos para idosos entre 60 e 64 anos instituído pelo Governo de São Paulo e Prefeitura da capital. A nota, que aponta uma série de ilegalidades e erros na medida, foi enviada a vários órgãos, e entidades, e ao governador de São Paulo, João Dória, e ao prefeito da capital, Bruno Covas.

Entre as principais questões levantadas, o documento afirma que “o corte (...) representa, além da retirada de direitos previamente adquiridos, uma barreira adicional para o acesso ao sistema público de transporte coletivo, que é direito previsto na Constituição Federal de 1988 (CF, artigo 5º)”.

A nota cita a última pesquisa de Mobilidade Urbana realizada pela Rede Nossa São Paulo, divulgada em setembro de 2020, “que demonstrou que 44% dos usuários de ônibus deixam de se deslocar para uma atividade de saúde, sempre ou às vezes, por conta da tarifa. Para viagens por motivo de busca de emprego esta barreira impacta 39% dos entrevistados. A pesquisa de 2019 continha a média geral e apontava que 71% das pessoas

já deixaram de fazer algum deslocamento por causa da tarifa”.

“Estes dados, embora sejam costumeiramente subvalorizados, demonstram a importância social de políticas públicas para redução da tarifa ou de criação de gratuidade para grupos vulneráveis, como os idosos”, afirma o Idec.

A nota também avalia que, tanto no âmbito estadual quanto municipal, a maneira como as medidas foram implementadas apresentam inconstitucionalidades, ignorando-se a própria lei que dispõe da matéria, “além de não ter havido qualquer debate público e justificativa da medida adotada (...) com falhas e omissões”.

“Ambas medidas possuem inconstitucionalidades em sua base, sendo no caso municipal o ‘Abuso do poder de emenda’, já questionado pelo Tribunal de Justiça em outras oportunidades, e no caso estadual um Decreto que confronta definições estabelecidas em Lei Ordinária”.

Na avaliação do Idec, “o cálculo e os motivos apresentados pelos governos do Estado e do Município de São Paulo são insuficientes para justificar uma retirada de direitos tão grave para um setor

vulnerável da população”.

O Idec argumenta que nos posicionamentos “enviados nas ações judiciais as quais foram alvo, os governos apresentaram apenas o ‘custo estimado’ que essas gratuidades geram aos sistemas de transportes, sem apontar em nenhum momento os impactos econômicos e sociais que os cortes trariam ou alguma evidência que aponte que este elemento do sistema – a gratuidade dos idosos – é a melhor opção de corte para possivelmente se economizar recursos”.

E mais, que “é absolutamente esperado que a prestação de um serviço público gere um custo para o poder público”.

“Com a criação de gratuidades, justificadas pelo seu impacto Social (...) é esperado que se crie um déficit, e a Lei Federal 12.587/12 (PNMU) que regulamenta a Mobilidade Urbana no país possui diretrizes para o tratamento desse déficit”.

Para o Idec, as medidas “partem de análises equivocadas ou ao menos incompletas sobre a forma de custear os déficits dos sistemas e de decisões erradas de remuneração dos transportes que levam a transformar artificialmente as gratuidades em custos”.

Ato online reuniu deputados, vereadores e diversas entidades contra medidas em SP

Deputados, vereadores, centrais sindicais, aposentados, sindicatos e entidades do movimento social se reuniram nesta quinta-feira (28) no ato online “Contra a retirada da gratuidade das passagens no transporte público para o idoso”, em São Paulo.

O ato, organizado pelo Movimento 60+ gratuidade, repudiou as medidas do Governo Estadual e da Prefeitura de São Paulo, que, no final do ano passado, retiraram o benefício do passe livre para idosos entre 60 e 64 anos.

O ato foi conduzido por Plínio Gustavo Adri Sarti, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados; Lídia Correa, membro da Comissão Executiva do PCdoB-SP e dirigente da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), por Tonhão, presidente da Federação das Associações Comunitárias do Estado de SP (FACESP), e por Caio Yuji, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP).

Na abertura do evento, Plínio ressaltou que a resistência contra esse ataque aos idosos vem crescendo com novas adesões a cada dia, e leu trechos do manifesto divulgado pelo movimento nesta semana.

“No final do ano de 2020, depois das eleições e às vésperas do natal, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura da capital revogaram o direito adquirido, dos aposentados e idosos, ao passe livre no transporte público. Enquanto o governador João Dória, acabou com a gratuidade através de um decreto, o prefeito Bruno Covas, por meio do seu líder na câmara dos Vereadores, anexou o tema a um projeto de lei que tratava de assuntos relativos às subprefeituras, e sem relação com o direito dos idosos ao passe livre nos transportes públicos”.

“Uma manobra antidemocrática, sem debate ou justiça, no apagar das luzes de 2020. Inaceitável e condenável este procedimento em qualquer matéria, mais ainda no caso deste direito adquirido pelos idosos. Sobretudo em meio a uma grave crise econômica, social e sanitária, na qual são justamente os idosos a imensa maioria das vítimas fatais. Tal medida atinge diretamente o direito dessa população à saúde e à vida. Num momento de tantas dificuldades, em que a população precisa de mais apoio do poder público e de seus direitos garantidos e ampliados, a decisão que foi tomada retira o direito de milhares de paulistas. Também são os idosos o grupo que mais sofre restrições de locomoção, convivência e trabalho nesse momento”.

Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDI-API-UGT), afirmou que “não tem uma justificativa plausível para o ato que eles fizeram”. Além disso, ressaltou, “não houve sequer comunicação à sociedade. Os idosos vão sair na rua no dia 1º e não terão dinheiro para pagar a sua passagem, serão humilhados. Na cidade de São Paulo são 400 mil pessoas nessas condições e na grande São Paulo são quase 1 milhão”.

“Temos que derrubar com urgência esse jabuti que eles colocaram, e na Assembleia, derrubar o decreto de Dória”, ressaltou Natal.

O ato contou com a presença do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), da deputada estadual Leici Brandão (PCdoB) e dos vereadores Eliseu Gabriel (PSB) e Juliana Cardoso (PT).

“Eu vejo essa medida como falta de vergonha na cara dessa gente, que está sempre falando que vai fazer tudo pelos idosos, e não fazem absolutamente nada”, afirmou Leici Brandão.

“Tem um x da questão nisso tudo. Nós sabemos que quando tem campanha, o candidato precisa de apoio financeiro e é quando ocorrem aqueles ‘acordos’, em que ‘eu vou ajudar você, mas tem que ter algo de volta depois’. É o que eles fazem? Vamos fazer com que os idosos paguem passagem. Com isso, os donos das empresas ficam todos satisfeitos”. O povo não entende essas negociações, mas vai saber que o dia dessa medida, 23 de dezembro de 2020, foi a data da traição aos idosos”. “Eles acham que o idoso é

imprestável, é lixo. Mas não. Idoso é sabedoria, experiência, deve ser protegido e respeitado. E sabemos que a população preta será a mais sacrificada, principalmente as mulheres. O dinheiro que elas ganham sustenta a família. Essa questão da gratuidade vai pesar e muito para essas famílias”.

“O que tem que ser feito é a revogação desse decreto”, ressaltou a deputada.

COVARDIA

Para Orlando Silva, trata-se de um “ato de covardia”. O deputado afirmou que, “retomando as atividades na Câmara, vamos dar uma resposta política a isso. E informo que fizemos um projeto de lei modificando o artigo 39 do Estatuto do Idoso para garantir o direito aos idosos com mais de 60 anos. É importante que possamos ter esse trabalho conjunto. É uma bandeira que não tem partido, é de todos, para que possamos garantir o direito à mobilidade da população idosa”.

“Essa decisão do Governo e da Prefeitura de tirar a gratuidade não é só maldade. É parte de uma visão de construção do estado mínimo”, afirmou o vereador Eliseu Gabriel. “Estão tirando os direitos para fazer um estado sem responsabilidade pelas questões sociais”, ressaltou.

O ato contou também com a presença dos líderes das centrais sindicais Miguel Torres, presidente da Força Sindical e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM); Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Ubiraci Dantas, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), e Rene Vicente, dirigente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Epitácio Luiz Epaaminondas, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos da Central Única dos Trabalhadores (Sintapi/CUT), afirmou que “a exigência é a revogação dessas medidas. Não aceitaremos que nosso direito retroceda. São Paulo é a cidade mais rica do Brasil. Por que tem que prejudicar os aposentados, pensionistas e idosos? A maioria dos aposentados, 72%, recebem um salário mínimo. A fome vai bater na porta dessas pessoas, e mais grave ainda no meio dessa pandemia. E o que os governos fazem? Tiram mais esse direito”, denunciou.

MEDIDA INJUSTIFICADA

Rafael Calabria, coordenador de Mobilidade Urbana do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), ressaltou os principais pontos contraditórios e perversos contidos nas ações dos governos:

“Não há nenhuma justificativa. O que se tem são documentos vazios, sem mostrar porque seria necessário cortar o benefício; a retirada do direito foi fruto de uma manobra na Câmara para que seja aprovada; os cidadãos vão deixar de usar o sistema. Vai haver uma grande perda de passageiros. Segundo pesquisas, 70% das pessoas deixam de usar o transporte por conta do preço da tarifa. 40% já deixaram de fazer uma consulta médica por conta da tarifa; o argumento de que há um aumento da população de idosos não é uma realidade se pensar a totalidade da capital. Temos regiões na cidade onde a média da expectativa de vida é inferior a 60 anos; a gratuidade da passagem não é um custo no sistema. Era custo no contrato antigo. Agora, assim como Metrô e CPTM, o custo não é pago por passageiro; as pessoas que já tem bilhete do idoso não deveriam perder esse direito adquirido; e por último, o impacto social dessa medida é gigantesco na vida das pessoas. Uma medida equivocada e injustificada”, completou Rafael.

José Manoel, diretor do Sindicato da Habitação, vice-presidente da Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, afirma que “não é possível se colocar a gratuidade dos idosos como fator desequilibrador da receita das empresas, e ainda querem fazer isso por decreto”.

“Não podemos aceitar covardia. É uma covardia completamente absurda essa retração de direito. Querem demonizar o idoso. Isso é vergonhoso, medíocre”, ressaltou Manoel.

Funcionários do Banco do Brasil fazem dia nacional de paralisação contra plano de demissões

Os trabalhadores do Banco do Brasil promoveram uma paralisação, nesta sexta-feira (29), contra o pacote de “reestruturação” anunciado pela diretoria do banco que prevê a demissão de 5 mil funcionários e o fechamento de mais de cem agências, em plena pandemia.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT), a paralisação ocorreu tanto nas capitais e grandes cidades, como em municípios do interior, paralisando agências, postos de atendimento e escritórios da instituição.

“A paralisação no dia de hoje foi muito boa. Muitos bancários entenderam a importância de cruzar os braços. Não foi uma paralisação contra o nosso trabalho, mas para cobrar respeito e dignidade por parte da direção do Banco do Brasil”, explicou o coordenador nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

Na semana que vem, será avaliada a continuidade da mobilização, caso a direção do Banco do Brasil se recuse a dialogar com seus funcionários sobre eventuais mudanças no banco.

“A Comissão de Empresa vai se reunir na próxima semana, junto com o Comando Nacional, para avaliarmos como foram os atos no Brasil inteiro. Vamos montar um novo calendário de lutas caso o banco não nos chame para a negociação. Não descartamos a possibilidade de greve dos funcionários do Banco do Brasil”, afirmou o coordenador da CEBB.

O plano quase custou o cargo do presidente da instituição, André Brandão, após o anúncio dos cortes, em 11 de janeiro, pois Bolsonaro, segundo veiculado à época, se irritou com Brandão e expressou a interlocutores a intenção de demiti-lo por ter feito o anúncio no mesmo momento em que o governo sofria com os desgastes da saída da Ford do país.

Após denúncia, STF cobra explicações do governo sobre plano de privatizar Correios

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, determinou que Bolsonaro, e o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, prestem informações sobre o processo de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) “com urgência e prioridade” no prazo máximo de cinco dias. A decisão que veio a público nesta quinta-feira (28) é datada do último dia 25.

A determinação tem como base uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), impetrada pela Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap), que questiona a Lei 9.491/1997, que alterou procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (PND), e a Lei 13.334/2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), além de normas que incluem a ECT no plano de privatização. A Adcap argumentou que a ECT não pode ser sujeita ao programa porque a competência para manter o serviço postal é da União, conforme previsão constitucional.

“Se a Constituição incumbiu à União a competência de manter o serviço postal — que hoje se faz de modo descentralizado pela ECT —, então lhe garantiu os meios para assegurar o desempenho de sua função social — financiamento através

de lucro —, a corroborar a ausência de amparo jurídico para a desestatização da parte da estatal não direcionada à economicidade”, sustenta a associação.

Para a Adcap, dispositivos questionados são inconstitucionais por admitirem que o presidente da República deflagre o processo de desestatização da ECT mesmo sem a revogação, por emenda à Constituição, da competência exclusiva da União para manter o serviço postal.

“Admitir que o Presidente da República deflagre o processo de desestatização dos Correios, ao menos não sem a revogação por emenda à Constituição da competência exclusiva da União de manter o serviço postal, revela-se que a aplicabilidade a ela do programa normativo dos dispositivos impugnados é inconstitucional”, diz a Adcap.

Cármen Lúcia determinou ainda que, após as informações serem prestadas por Bolsonaro e Alcolumbre, os autos sejam encaminhados para manifestação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República no prazo de três dias cada. Após esse processo, Cármen Lúcia decidirá sobre a medida cautelar pleiteada, de suspensão das leis que tratam das desestatizações e que, segundo a Adcap, não podem ser aplicadas aos Correios.

Rússia condena a interferência dos EUA nos assuntos internos do país

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia exigiu que os EUA parem de interferir nos assuntos internos de Moscou, após comentários descabidos do recém-empossado secretário de Estado, acusando com mentiras aglomerações antigoverno no domingo (31).

“O apoio à violação da lei pelo secretário de Estado, Antony Blinken, é mais uma confirmação do papel de Washington nos bastidores”, disse a chancelaria russa. “A grosseira interferência dos EUA nos assuntos internos da Rússia é um fato comprovado, assim como a promoção de falsificações e apelos a protestos não-autorizados, por plataformas online controladas por Washington”, ressaltou.

No domingo passado, a Rússia já havia repudiado a ingerência da embaixada norte-americana em Moscou, que até divulgou roteiros e horários dos atos antigovernamentais, inclusive uma “marcha ao Kremlin”. Uma “coordenação” de tais atos foi verificado na Rússia, cujos roteiros sequer haviam sido tornados públicos pelos organizadores.

Neste domingo, a embaixada dos EUA na capital russa voltou a tuitar freneticamente em endosso aos “protestos”, e ainda acusou as autoridades russas de “prender ativistas, jornalistas e bloquear o centro de Moscou”, além de, cinicamente, “apelar” ao Estado russo para “cumprir suas obrigações internacionais na área de direitos humanos”.

É de se acompanhar se a herança trumpista de busca de hegemonia ao custo de fomento à guerra fria vai ser contida pelo novo governo democrata.

Depois do que se viu nos Estados Unidos no último ano, quando o enésimo linchamento de um negro desarmado, por um policial branco racista, e seu grito desesperado de “não consigo respirar”, desencadearam as maiores manifestações nos EUA desde a luta contra o apartheid e o racismo levada a cabo por Martin Luther King, é preciso muita arrogância e falta de compostura para pretender dar aulas de “direitos humanos” a quem quer que seja.

O Ministério das Relações Exteriores russo acusou ainda Washington de seguir o roteiro de um cenário criado pela RAND Corporation em 2019 como parte da estratégia de “contenção da Rússia”, via incitação de “protestos”.

“PRÁTICA COMUM”

No sábado, na véspera de voltar a interferir, o embaixador norte-americano John Sullivan alegou que o roteiro foi publicado para garantir a segurança dos cidadãos norte-americanos no país e chamou as ações da embaixada de “prática diplomática comum”.

Declaração que deve se referir àquele ditado, quase revogado recentemente, de que não há golpe nos EUA porque lá não tem embaixada norte-americana...

Imagine-se se a embaixada russa em Washington publicasse um roteiro das manifestações contra o linchamento do negro George Floyd no ano passado, ou da “marcha ao Capitólio” do início de janeiro, se a histeria antirrusa não estaria na estratosfera, como lembrou na semana passada a porta-voz da chancelaria, Maria Zakharova.

FAVORITO DE TIO SAM

Os atos antigoverno foram convocados por apoiadores do blogueiro Alexei Navalny, que está preso por 30 dias por violar os termos da liberdade condicional de uma condenação, de 2013, por fraude e lavagem de dinheiro. Nesta terça-feira (2), irá ocorrer uma nova audiência sobre o caso.

Como haverá eleições parlamentares em setembro e também para 11 governos regionais, esses atos são típicos, ainda, como parte de uma ação voltada a tentar fazer com que o acolhimento aos EUA ganhe peso no país, sob o pretexto de combate à ‘corrupção’ e ao ‘autoritarismo’.

Para setores do Estado Profundo norte-americano, o caminho para barrar a ascensão da China passa, primeiro, por quebrar a Rússia renascida e potência nuclear de primeira linha.

Navalny é visto pelos círculos belicistas norte-americanos como um Guaidó russo à espera de uma oportunidade, ou, melhor, ainda, um Yeltsin redivivo, e por isso é alardeado por essa gente como “o principal líder opositorista a Putin”.

Uma agência de notícias, ao falar dos atos antigovernamentais da semana passada, se animou tanto que exagerou chamando a senhora Navalny de “primeira-dama”...

XENÓFOTO CONFESSO

Apesar de tentarem apresentar Navalny como um suposto campeão da luta contra o “autoritarismo de Putin” e pela “liberdade”, ele próprio se confessa um “fundamentalista de mercado” e já chamou os imigrantes muçulmanos das repúblicas ex-soviéticas de “baratas”, que devem ser esmagadas a chineladas... ou “tiros” – pondo à mostra todo seu racismo e xenofobia.

Ex-aluno da Universidade de Yale, nos EUA, tornou-se notório – antes de adotar a fantasia de ‘combatente anticorrupção’ – por participar e ser orador de marchas convocadas por fascistas russos adeptos do “Poder Branco”.

Até o partido neoliberal e pró-americano Yabloko, onde Navalny debutou no cenário político, o desligou por ser extremista demais.

Mais recentemente, tem sido denunciado como um operativo de serviços secretos estrangeiros, que andam possessos com o renascimento russo a partir de Putin – o que não estava nos seus planos. Sua “Fundação Anticorrupção” é financiada do exterior.

Para derrubarem o regime soviético, os elementos anti-sociais denunciavam que os comunistas eram “corruptos” e tinham “privilégios e dachas” e, quando no governo, privatizaram tudo que puderam, se locupletaram e devastaram e retalharam o grande país. Agora, tentam repetir a receita, contra Putin, e até inventaram um “palácio de inverno”, que não é de Putin, mas de um bilionário da construção civil. O filme foi fabricado com a participação de Navalny em um estúdio alemão alugado e pago por uma produtora norte-americana.

MÉDICOS RUSSOS SALVARAM NAVALNY

Navalny teve sua vida salva por uma equipe médica russa após adoecer em um voo doméstico, que fez um pouso de emergência. Depois foi levado à Alemanha, a pedido de sua família e com autorização do governo russo.

Lá, depois de nada ser encontrado no laboratório do hospital a que foi levado, um laboratório do exército alemão supostamente teria identificado um agente nervoso letal de grau militar, contrariamente aos exames realizados pelos médicos russos que o salvaram em Moscou. O governo alemão também se recusou a mostrar as supostas provas que diz ter, numa repetição do roteiro da novela Skripal na Inglaterra.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Davos: líderes veem na cooperação a força central para vencer a pandemia



“Precisamos elevar a escala das vacinas com rapidez”, diz a pres. da União Europeia

Há 76 anos a 322ª Divisão de Rifles do Exército Vermelho libertava Auschwitz

“E hoje [27/01] é dia de agradecer à 322ª Divisão de Rifles do Exército Vermelho pela Libertação de Auschwitz”

Lucia Chermont
(historiadora,
ex-pesquisadora do
Arquivo Histórico
Judaico Brasileiro)

“Todo ser humano que ama a liberdade deve ao Exército Vermelho mais do que conseguirá pagar em uma vida”

Ernest Hemingway

Na manhã de 27 de janeiro de 1945 a 322ª Divisão de Rifles do Exército Vermelho avançou sobre os portões de Auschwitz-Birkenau para libertar os sobreviventes do maior campo de extermínio nazista.

“Havia um cheiro tão forte que era impossível aturar por mais de cinco minutos. Meus soldados não conseguiam suportá-lo e me imploraram para que fôssemos embora. Mas tínhamos uma missão a cumprir”, relatou, 60 anos depois, o comandante daquela divisão. Anatoly Shapiro, então com 32 anos, que foi quem tomou a iniciativa de abrir os portões do campo.

Auschwitz-Birkenau, era um complexo de campos de concentração e extermínio localizado em território polonês, próximo a uma das maiores cidades do país ocupado, Cracóvia.

“Não tínhamos a menor ideia da existência daquele campo”, relatou Shapiro.

“Entramos ao amanhecer de 27 de janeiro. Vimos algu-



Multidões chegavam a Auschwitz a bordo de trens

mas pessoas de pé em roupas listradas – eles não pareciam humanos. Eram pele e osso, somente esqueletos.

“Quando dissemos a eles que o Exército soviético os havia libertado, muitos sequer reagiram. Não conseguiam falar ou mesmo mexer a cabeça.

“Não tinham calçados. Seus pés estavam envolvidos em trapos. Era janeiro e a neve estava começando a derreter. Até hoje não sei como conseguiram sobreviver”.

“Quando chegamos ao primeiro pavilhão, estava escrito que era para mulheres. Entramos e vimos uma cena horrível.

“Mulheres desnudas e mortas jaziam perto da porta. Suas roupas tinham sido removidas pelas sobreviventes. Havia sangue e excremento pelo chão”.

“A história era semelhante nos alojamentos infantis. Havia apenas duas crianças vivas em um deles. E elas começaram a gritar ‘Não somos judias! Não somos judias’. Elas eram judias,

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Neonazista alemão é condenado à prisão perpétua por assassinar líder pró-imigrantes

A Justiça alemã condenou, nesta quinta-feira (28), o neonazista Stephan Ernst à prisão perpétua pelo assassinato de um dirigente democrata-cristão, Walter Lübcke, que fizera declarações em público a favor da acolhida de imigrantes fugidos da Guerra da Síria no país. O crime, cruel e covarde, foi cometido em junho de 2019.

Lübcke, que era do partido da primeira-ministra Angela Merkel e presidente do Conselho Administrativo do distrito de Kassel, foi morto com um tiro na cabeça na varanda de sua casa, à noite. Entre 2015 e 2016, mais de um milhão de refugiados foram recebidos na Alemanha, por decisão tomada por Merkel, desencadeando reações de ódio nos círculos extremistas.

Um vídeo com a fala de Lübcke foi amplamente repercutido nas redes digitais de extrema direita alemã, tornando-o alvo de ameaças. Ele foi o primeiro político assassinado no país desde 1945.

O veredito atribuiu extrema gravidade ao crime, o que impede revisão da sentença ou a comutação dela para liberdade condicional após 15 anos de pena, como seria habitual.

Conhecido como neonazista desde o final dos anos 80, Ernst se tornou suspeito em 1993 de ter planejado um ataque a bomba a um abrigo para requerentes de asilo. Em

2009, ele participou de distúrbios racistas em Dortmund.

Apesar dessa folha corrida, os serviços de inteligência alemã, famosos pela complacência com os neonazistas, haviam desistido de monitorá-lo nos últimos anos.

De acordo com as investigações, a polícia alemã, que sofre do mesmo vício que os serviços de inteligência, quando se trata de adoradores de suástica, ‘esqueceu-se’ de informar sua condição de membro ativo da extrema-direita, quando foi preciso uma licença para comprar pistolas e espingardas.

É não foi por falta de aviso, nem de indícios, que os serviços secretos e a polícia foram ‘surpreendidos’. Em 2015, a prefeita de Colônia, Henriette Reker, foi esfaqueada por um

homem que não admitia que alguém pudesse ser a favor da acolhida de refugiados.

Ernst foi inocentado de outra acusação, a tentativa de assassinato de um requerente de refúgio vindo do Iraque, em 2016, num ataque com faca pelas costas.

Outro neonazista, Markus H, que era acusado de cumplicidade, foi condenado a uma pena de um ano e meio de liberdade condicional por posse ilegal de armas. Ele foi inocentado da acusação de cumplicidade no assassinato.

Foi ele que ensinou Ernst a atirar, sem saber de suas intenções, segundo alegou. Ernst admitiu o crime, mas apresentou três versões distintas. Na última, afirmou que Markus H. estava presente na cena do crime.



O criminoso Stephan Ernst durante o julgamento

Os líderes mundiais destacam a importância da cooperação global durante e após a pandemia da Covid-19. As declarações neste sentido se sucederam na reunião do Fórum Econômico Mundial de Davos

O debate deste ano se dá sob o tema “Um Ano Crucial para Reconstruir Confiança” e está acontecendo entre os dias 25 a 29 de janeiro para abordar os desafios atuais, como a extensiva vacinação para a Covid-19, a criação de empregos e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Antônio Guterres, secretário-geral da Organização da ONU, ecoando a colocação do presidente da China, Xi Jinping, discursou reiterando o apelo por um “multilateralismo revigorado, inclusivo e conectado” e uma “participação plena, inclusiva e igual para os países em desenvolvimento nas instituições globais”.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, advogou pela coordenação dos esforços internacionais para melhorar o acesso às vacinas contra o coronavírus.

“É difícil não perceber as transformações profundas na economia e política global, na vida social e nas tecnologias. A pandemia do coronavírus, que se tornou um desafio sério para toda a humanidade, só aumentou e acelerou as mudanças estruturais, cujas premissas já se formaram há muito [...] Esta pandemia agravou os problemas e desequilíbrios que já vinham se acumulando antes no mundo”, constatou o presidente.

“Devemos nos unir e coordenar os esforços de todo o mundo na disseminação e aumento da disponibilidade (...) das vacinas necessárias contra o coronavírus”, disse ainda o presidente russo.

“Deve-se prestar ajuda aos Estados que precisam de apoio, incluindo os africanos [...] Estou falando do aumento dos volumes de testes e de realização da vacinação. Nós vemos que a vacinação em massa está hoje disponível antes de tudo aos cidadãos dos países desenvolvidos, enquanto centenas de milhões de pessoas no planeta estão desprovidas até da esperança de [receberem] tal proteção”, afirmou Putin ao ressaltar que “na prática, essa desigualdade pode representar uma ameaça comum.”

O diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, já tinha advertido, na segunda-feira (25), que os esforços dos países africanos para lançar programas de vacinação estão dificultados pelo açambarcamento de vacinas disponíveis pelas nações mais ricas.

“Em uma pandemia, não há tempo a perder. Precisamos

desenvolver em conjunto e aumentar a escala das vacinas com mais rapidez”, disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em seu discurso.

Lembrou que “a Europa investiu para ajudar a desenvolver as primeiras vacinas Covid-19 do mundo, para criar um verdadeiro bem comum”.

A chanceler alemã, Angela Merkel, também pediu uma distribuição “justa” e rápida das vacinas contra o coronavírus em todo o mundo, incluindo para os países mais pobres.

“Aqui se trata de uma distribuição justa, e não de uma questão de dinheiro”, disse em discurso no Fórum virtual, acrescentando que ela sabia do fato de que a iniciativa internacional de vacinação contra o coronavírus, COVAX, já tinha assinado os primeiros contratos.

“Este é o momento do multilateralismo”, disse Merkel na terça-feira (26), destacando que a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o comércio internacional justo são a pedra angular de uma maior cooperação internacional.

O presidente francês Emmanuel Macron assinalou que a primeira lição é que “não podemos pensar na economia sem pensar nos seres humanos”.

“Em todos os nossos países fizemos algo que era considerado impensável. Paramos todas as atividades econômicas para proteger vidas. Lembraram-nos que a economia é uma ciência moral e que a vida humana tem precedência sobre o comércio e os números”, disse ele.

ECONOMIA DIGITAL

Durante a reunião de terça-feira, as regulamentações sobre a economia digital também ocuparam um lugar importante. Von der Leyen alertou que o poder das empresas de Internet deve ser contido e propôs novas regras em nível global.

“Queremos que as plataformas sejam transparentes sobre o funcionamento de seus algoritmos. Não podemos aceitar que as decisões com grande impacto em nossa democracia sejam tomadas apenas por programas de computador”, argumentou.

Von der Leyen pediu regulamentação global sobre proteção de dados e privacidade, até a segurança de infraestrutura crítica.

Também disse que a UE aumentará o apoio financeiro para projetos digitais e promoverá ecossistemas inovadores “para se tornar um centro global de inteligência artificial”.



Ministros Zarif (Irã) e Lavrov (Rússia) comunicam parceria. Irã aprova o uso emergencial da vacina Sputnik no combate ao vírus

O governo do Irã anunciou nesta terça-feira (26) a aprovação do uso da vacina russa Sputnik V para o combate ao coronavírus e informou sobre planos para a sua importação e produção no interior do país.

“Gostaria de informar-lhes que a vacina Sputnik V foi registrada ontem no nosso país. Foi aprovada por nossas autoridades sanitárias. E no futuro próximo esperamos poder comprá-la e, também, começar a produção conjunta”, declarou o ministro de Relações Exteriores iraniano, Mohammad Javad Zarif, numa coletiva ao lado de seu homólogo russo Sergei Lavrov.

Conforme a porta-voz do Ministério de Saúde iraniano, Sima Sadat Lari, a República Islâmica de 77 milhões de habitantes computou, nas últimas 24 horas do dia 26, 6.420 casos de coronavírus, tendo sido con-

firmadas 79 mortes, totalizando 1.385.706 casos e 57.560 óbitos desde o começo da pandemia.

Registrada em agosto de 2020, a Sputnik necessita ser aplicada duas vezes em um intervalo de 21 dias, obtendo eficácia de 91,4%, de acordo com o último controle efetuado na terceira fase dos ensaios clínicos. O medicamento protegeu todos os vacinados de casos graves de Covid-19. O êxito fez com que a vacina tenha sido autorizada em 14 países, explicou o diretor-geral do Fundo de Investimento Direta da Rússia, Kiril Dmitriev.

Entre outros países, já registraram a vacina Argentina, Argélia, Bolívia, Emirados Árabes Unidos, Hungria, Paraguai, Palestina e Venezuela. Com a enorme aceitação, comemorou Dmitriev, em breve a Sputnik estará em pelo menos 25 países.

Divulgação

Com queda de 3,5% em 2020, EUA tem o pior PIB em 74 anos



Antônio Guterres, secretário-geral da ONU

ONU exige distribuição equitativa das vacinas como 'um direito de todos'

“A ciência está tendo êxito, mas a solidariedade está falhando”, afirmou o secretário-geral da ONU, Antônio Guterres em denúncia proferida nesta quinta-feira (28).

Segundo Guterres muitos países sofrem as consequências da enorme desigualdade na distribuição das vacinas contra o coronavírus.

Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentou as prioridades deste ano, e o acesso a vacina se faz urgente, pois o mundo está assolado pela pandemia da Covid-19, “grande prova moral”, continua o diplomata português, “que o mundo tem diante de si, e que precisam ser vistas como um bem global, e que deveriam ser disponíveis para todas as pessoas”.

Guterres ressalta que a comunidade global, está fracassando na luta pela vida, através da falta de imunização pela vacina, “as vacinas estão chegando a um punhado de países rapidamente, enquanto os países mais pobres não têm nenhuma”.

“Os governos têm a responsabilidade de proteger suas populações, mas a Covid-19 não pode ser derrotada de país em país” discursou Guterres.

Segundo os especialistas, existe o risco iminente de que o coronavírus se espalhe de forma abrupta em algumas regiões, causando assim mutações, algumas delas mais resistentes, de forma atingir em algum momento, também países mais ricos, lembra o secretário. Guterres falou de estudos que comprovam que a concentração de vacinas poderia custar à economia global até 9,2 trilhões, com metade do impacto para os países mais ricos, e faz um apelo por mais recursos para a plataforma Covax da (OMS), iniciativa essa que visa buscar a vacina para todas as regiões do mundo e reforça que sem a saúde não existe economia. É preciso combater a pandemia para que haja a recuperação da economia, e que esta deve buscar a inclusão e a sustentabilidade.



Negacionismo do governo Trump exacerbou o morticínio pelo vírus nos EUA

FBI acha manuais de fabricação de bombas com trumpista invasor do Capitólio no dia 6

Manuais com instruções de fabrico de bombas caseiras foram encontrados na casa de um dos invasores do Congresso norte-americano no fracassado golpe de 6 de janeiro.

A casa é de Dominic Pezzola – um dos cabeças do bando neonazista Proud Boys (Rapazes do Orgulho) – e os manuais se encontram em um pen drive localizado por agentes de FBI, já com ele detido, no dia 15 de janeiro. A informação foi divulgada no dia 29 pela imprensa norte-americana.

Essa e outras informações que já foram divulgadas – a exemplo dos brados de “enforcem Pence” (à época vice-presidente caído em desgraça diante dos direitistas por não querer compactuar com o golpe arquitetado por Trump para barrar a ratificação de Biden, o democrata vitorioso nas eleições presidenciais dos EUA) – acrescentam mais evidências de que, de fato, um golpe fora orquestrado e posto em operação e, devido à resistência de parlamentares, os poucos policiais que estavam no prédio, prefeitos e governadores e o conjunto da imprensa fracassou.

Até o momento mais de 150 pessoas foram presas e 400, no total, estão sendo investigadas, todas apoiadoras do ex-presidente Trump, e participantes da invasão do dia 6, que resultou em cinco pessoas foram mortas. No momento da invasão, parlamentares se abrigaram em porões e corredores do prédio do

Capitólio, para não serem localizados pela turba em fúria, incitada pelo próprio presidente.

O FBI também informou, nesta sexta-feira que as bombas encontradas nas sedes dos Comitês Nacionais Democrata e Republicano no Capitólio foram depositadas e manipuladas desde a noite anterior ao ataque.

Agentes reiteram que Pezzola deve ser mantido sob prisão preventiva pois “representa um sério perigo para a comunidade, e que não dá para descartar o risco de fuga”.

Há denúncias de que uma das financiadoras do aparato para a aglomeração fascista, descomento, alimentação e som foi Julie Jenkins Fancelli que compareceu com 300 mil dólares. Herdeira da rede Publix Super Markets, Julie foi importante financiadora da campanha de Trump em 2020, segundo publicou o Wall Street

Journal neste sábado. Julie não foi a única doadora.

Outro invasor do Capitólio, Jacob Chansley, apelidado ‘Loquito de Cuernos’ após fotografado envergando dois chifres e uma pele de bisão, que foi um dos comandantes da turba invasora, declarou através de seu advogado Albert Watkins, que está disponível a testemunhar no julgamento de impeachment de Trump, que se dará a partir do dia 8 de fevereiro. Albert Watkins, falou que o seu cliente era “terrivelmente apaixonado” por Trump, mas que agora se diz traído. Segundo ele, Trump se negou a conceder o perdão a Chansley e aos demais que participaram da invasão do Capitólio.

Chansley, está entre os que enfrentam acusações federais por insurreição.

Watkins explicou que ainda não conversou com membros do Congresso, e frisa que é importante que se tenha declarações de alguém que foi “incitado por Trump a invadir o Capitólio”.



Pezzola, portador de instruções para fazer bombas, abraçado com ‘Loquito de Cuernos’, o ‘traído’ por Trump

Sanders: ‘reduzir ajuda emergencial, como querem os republicanos, é traição ao povo’

O senador Bernie Sanders disse, neste domingo (31), à apresentadora da rede de tevê ABC Martha Raddatz que há apoio suficiente dentro do Partido Democrata para aprovar o pacote de ajuda do presidente Joe Biden de US\$ 1,9 trilhão para o coronavírus e advertiu que não distribuir imediatamente ajuda para famílias em dificuldades em todo o país representaria uma traição inescrupulosa aos milhões de eleitores que entregaram aos democratas o poder legislativo e executivo unificado com uma diretiva para melhorar a vida das pessoas.

“Vamos apoiar o presidente dos Estados Unidos e vamos fazer o que o povo americano esmagadoramente quer que façamos”, afirmou Sanders, indicado para a presidência da Comissão de Orçamento do Senado.

“A questão não é o bipartidarismo. A questão é abordar as crises sem precedentes que enfrentamos agora”, enfatizou. “Fizemos promessas ao povo americano”, disse Sanders. “Vamos manter

essas promessas.”

Nos últimos dias, senadores republicanos que se apresentam como “moderados” se disseram favoráveis ao pacote emergencial do presidente Biden, desde que seja cortado em mais de dois terços, para US\$ 600 bilhões, e uma ala pequena e mais atrasada dos democratas diz que é preciso atender em alguma medida as “preocupações” desses republicanos, em nome da “busca da unidade” e do “bipartidarismo”.

Questionado pela apresentadora se os democratas têm votos para aprovar o pacote da ajuda emergencial pelo chamado processo de conciliação entre o que foi aprovado no Senado e na Câmara, Sanders respondeu que “sim”.

“É difícil para mim imaginar qualquer democrata ... que não entenda a necessidade de avançar agora, de forma agressiva, para proteger as famílias trabalhadoras deste país”, acrescentou. Sanders admitiu que há “há diferen-

ças e preocupações” entre democratas sobre o pacote emergencial.

Na sexta-feira, Biden disse apoiar a aprovação da ajuda emergencial “com o apoio dos republicanos, se conseguirmos. Mas o alívio à Covid tem que ser aprovado, não há se, e nem mas”.

Biden também tem dito que o principal perigo para os EUA é “um pacote muito pequeno, não um muito grande”.

O mecanismo proposto por Sanders é executar a chamada “conciliação orçamentária” entre as duas casas do Congresso, permitindo driblar o filibuster – obstrução –, pelo qual para uma lei importante ser levada à apreciação do Senado é preciso a concordância de 60 dos 100 senadores.

Foi com esse sistema de ‘conciliação’ que os republicanos aprovaram em 2017, no governo Trump, o corte de impostos para os magnatas de US\$ 1,5 trilhão sem nenhum voto dos democratas.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

Os gastos dos consumidores caíram 3,9%, o que significa a maior redução do consumo desde 1932. Inépcia de Trump frente à Covid só agravou o desastre

Com a devastação de setores inteiros da economia – sobretudo pela inépcia de Trump em combater a pandemia do coronavírus –, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos registrou uma retração de 3,5% em 2020, no pior desempenho desde 1946, um ano após a Segunda Guerra Mundial.

Conforme os dados apurados pelo Ministério do Comércio estadunidense, a queda se deu com a economia dando sinais claros de avaria – marcando o primeiro declínio anual desde a crise de 2007-2008 – após um pífio crescimento de 2,2% em 2019 e de 3,0% em 2018. O Ministério assinalou que, com as exceções do governo e do mercado imobiliário, todos os setores da economia – que já não andavam às mil maravilhas – sofreram baixa na produção em função da Covid-19.

De norte a sul dos EUA, milhares de contaminados por coronavírus e as cerca de 435 mil mortes [em 27/01], até o momento, falam por si. São cifras mais do que eloquentes da forma como o governo

Trump tratou a saúde, e de como o descaso impactou, também, no crescimento vertiginoso do desemprego e da deterioração da massa salarial. O tombo dos gastos do consumidor, apontou a agência Reuters, que recuaram 3,9%, a maior queda desde 1932.

Nesta quarta-feira (27), o Federal Reserve manteve inalterada a taxa básica de juros próxima de zero e se comprometeu a continuar injetando dinheiro na economia por meio de compras de títulos, frisando que o “ritmo da recuperação na atividade econômica e emprego se moderou nos últimos meses”.

Como alerta o economista Michael Roberts em matéria recentemente publicada, no sistema que privilegia a especulação bancária, “o dinheiro injetado financia o crescimento do preço dos ativos financeiros mais do que o consumo e os investimentos”. Depois da devastação trumpista, enfatiza Roberts, sem o investimento produtivo a partir do Estado não há como sair do cassino que entrava o desenvolvimento econômico norte-americano.

Joe Biden proíbe contratação de presídios privados

Por meio de ordens executivas (decretos presidenciais que não precisam de aval do Congresso), o presidente Joe Biden iniciou o cumprimento de seu compromisso de campanha de enfrentar o racismo institucionalizado nos Estados Unidos, ordenando o fim dos contratos com as prisões privadas ao Departamento de Justiça, a revisão das políticas no sentido da anti-discriminação em todos os níveis federais, o restabelecimento da soberania tribal dos povos originários norte-americanos, tirada por Trump, e o combate à xenofobia contra os americanos de ascendência asiática.

Desigualdades que foram exacerbadas pela devastação trazida pela pandemia de Covid-19, e impulsionadas por medidas assinadas nos quatro anos de mandato tóxico de Trump. “Agora é hora de agir”, disse Biden na terça-feira (26). “Nós nunca honramos completamente os princípios fundadores deste país – para dizer o óbvio – de que todas as pessoas são criadas iguais e têm o direito de serem tratadas igualmente enquanto viverem”, acrescentou.

“Precisamos fazer da questão da igualdade racial não apenas uma questão de algum departamento do governo. Tem que ser um assunto do governo inteiro”, afirmou. Ele afirmou, ainda, que reduzir a desigualdade social irá impulsionar a economia para toda a população: “Quando levantamos uns aos outros, somos todos levantados”.

O esforço para cumprir com essa agenda caberá ao Conselho Político Doméstico, liderado pela ex-conselheira de segurança nacional de Obama e ex-embaixadora dos EUA na ONU, Susan Rice.

Além de apoiar as medidas pela igualdade racial, o Conselho atuará junto com o Conselho de Segurança Nacional para conter a ameaça do extremismo doméstico de parte dos supremacistas brancos e grupos análogos. “Estamos levando isso seriamente em conta”, afirmou Rice.

Ao anunciar as medidas, Biden apontou que o assalto ao Capitólio feito por apoiadores de Trump foi conduzido por “bandidos, insurrecionistas, extremistas políticos e supremacistas brancos”. Mas, enfatizou, a grande maioria dos norte-americanos “acreditam na igualdade”.

“Um grande passo inicial”, saudou Derrick Johnson, presidente da maior entidade de defesa dos direitos dos afroamericanos, a Associação Nacional Para

o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP, na sigla em inglês). Essa agenda contra a discriminação foi também discutida previamente com os líderes do movimento Black Lives Matter, durante a preparação das ações dos primeiros 100 dias de mandato.

Ao Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano, o presidente orientou a fortalecer políticas de habitação anti-discriminatórias e a fiscalização, postas de lado pelo ex-presidente Donald Trump.

A ordem executiva que repele a discriminação contra americanos de origem asiática é uma virada de 180 graus em relação ao mandato de Trump, que cunhou, para esconder seu negacionismo e inação diante da pandemia, o termo ofensivo “vírus chinês”. O que resultou em uma escalada da xenofobia contra asiático-americanos de qualquer procedência e até das ilhas do Pacífico.

“BASTA”

Sobre George Floyd, Biden disse que a morte dele “abriu os olhos de milhões de americanos e de milhões de pessoas no mundo inteiro”. No ano passado, os EUA viveram os maiores protestos contra o racismo e a injustiça desde Martin Luther King, após o linchamento dele, em custódia, por um policial branco, no meio da rua.

Os negros norte-americanos também foram especialmente penalizados pela pandemia. Não só pela devastação econômica: pacientes negros têm quase três vezes mais chances de morrer de coronavírus, enquanto os últimos a receberem a assistência financeira emergencial do Programa de Proteção da Folha Salarial foram os negócios de propriedade de negros.

Outra chaga é o encarceramento em massa. Estados Unidos é o país de maior número de presos do mundo, desproporcionalmente negros, em razão de legislações absolutamente desiguais e júris teleguidados.

“Para reduzir os níveis de encarceramento, devemos reduzir os incentivos ao encarceramento com base nos lucros, o que deve ser feito descartando a dependência do governo federal de instalações de detenção criminal, operadas privadamente”, disse Biden. A ordem executiva retoma a política adotada no final do governo Obama, e revogada imediatamente por Trump.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Flagrado ao receber R\$ 1,52 bi de suborno, ex-chefe de estatal chinesa pega pena de morte

Acusado de açambarcar 1,8 bilhão de yuans (R\$ 1,52 bilhão) através de receptação de suborno e outros artifícios corruptos o diretor executivo do banco estatal chinês, Huarong, foi executado nesta sexta-feira (29), após ter os seus direitos políticos suspensos e todos os seus bens confiscados. Conforme as autoridades, o criminoso vinha dirigindo o banco Huarong, chave na administração de fundos estatais do país, “de maneira cega e desordeira”.

“O tratamento severo dado a Lai Xiaomin reflete a forte determinação do Comitê Central, com o presidente Xi Jinping como o centro, para administrar o Partido Comunista e sua tolerância zero na punição da corrupção”, defendeu a direção do Huarong.

O Supremo Tribunal Popular da China denunciou que como presidente do banco estatal, Lai Xiaomin aceitou ou solicitou, diretamente ou por meio de terceiros, dinheiro e ativos em subornos entre 2008 e 2018, quando era regulador bancário. Além disso, se aproveitou de sua posição superior para desviar outros 25,13 milhões de yuans (cerca de R\$ 21,4 milhões) de fundos públicos, caracterizado como “apropriação indébita”.

Para o juiz do caso, o enorme volume de subornos, as conspirações criminosas graves, o imenso im-

pacto social negativo e as grandes perdas para o país e para o povo chinês são os quatro principais fatores que resultaram na sentença de morte de Lai. “O valor de propinas foi o mais elevado desde a fundação da República Popular da China em 1949”, condenou o juiz, frisando que foram fruto da manipulação unilateral desde a arrecadação de fundos e projetos de contratação até a obtenção de promoções e transferências de cargos.

“Lai Xiaomin era fora da lei e extremamente ganancioso. O dano social foi enorme e os crimes, extremamente graves, e ele deve ser punido severamente de acordo com a lei”, já havia declarado em sua sentença o Tribunal Popular Intermediário de Tianjin.

Numa confissão transmitida pela TV estatal chinesa há um ano, Lai Xiaomin mostrava imagens de um apartamento em Pequim com armários cheios de maços de dinheiro. Na oportunidade, a televisão também exibiu carros luxuosos e barras de ouro que recebeu como suborno.

Além disso, foi acusado de bigamia, mantendo relações fora do casamento, com quem teve filhos. Por violar as regras da legenda e de atentar contra o interesse coletivo na direção do banco, Lai foi expulso do Partido Comunista em 2018.

Bolsonaro e a vacina: mentiras, desrespeito ao Brasil e falta de pudor

Ter a Presidência da República ocupada por um elemento sem limite moral é um risco permanente para as instituições democráticas – aliás, para qualquer instituição pública

CARLOS LOPES

Na terça-feira (26/01), Bolsonaro, em evento promovido pelo Credit Suisse, falou o seguinte: “Sempre disse que qualquer vacina, uma vez aprovada pela Anvisa, seria comprada pelo governo federal.”

Como é possível ser tão despuadorado?

Em outubro do ano passado, depois de obrigar Pazuella a rasgar o contrato que o Ministério da Saúde assinara com o Instituto Butantan para a compra da Coronavac, vacina produzida por aquela instituição em associação com o laboratório chinês Sinovac, Bolsonaro declarou:

“Mesmo se a vacina da Covid for aprovada pela Anvisa, eu não compro. A vacina da China nós não compraremos, é decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população. Esse é o pensamento nosso. Tenho certeza que outras vacinas que estão em estudo poderão ser comprovadas cientificamente, não sei quando, pode durar anos” (v. HP 26/10/2020, “Mesmo se a vacina da Covid for aprovada pela Anvisa, eu não compro”, diz Bolsonaro).

A declaração de Bolsonaro foi cometida em uma entrevista à rádio Jovem Pan, na noite do dia 21 de outubro de 2020.

Esta foi apenas uma das vezes em que Bolsonaro disse que não compraria a vacina do Butantan/Sinovac. **Nem que a Anvisa aprovasse** – como aprovou – **essa vacina**, hoje a principal esperança do país no combate à epidemia de Covid-19.

Aliás, não foi por outra razão que ele obrigou Pazuella a rasgar o contrato, assinado menos de 24h antes, com o Instituto Butantan, para a aquisição de doses da Coronavac (v. HP 20/10/2020, **Após pressão de Estados, Ministério da Saúde inclui vacina chinesa no programa imunização**; e HP 21/10/2020, **Bolsonaro diz que vacina chinesa “não será comprada” e dificulta país de se livrar da Pandemia**).

Bolsonaro é, portanto, um mentiroso sem o menor caráter, sem o mínimo senso moral.

Não é uma novidade. Mas ter a Presidência da República ocupada por um elemento sem limite moral, é um risco permanente para as instituições democráticas – aliás, para qualquer instituição pública.

Não era da falta de limite moral, precisamente, que Hitler se gabava?

Não é a falta de limite moral de Bolsonaro, que se reflete nos mais de 210 mil mortos pela Covid-19?

No próprio evento de terça-feira, no banco suíço, as mentiras sucediam-se a mentiras.

Por exemplo: “Já somos o sexto país que mais vacinou no mundo. Brevemente estaremos nos primeiros lugares, para dar mais conforto à população e segurança a todos, de modo que a nossa economia não



deixe de funcionar.”

O Brasil, infelizmente, em termos absolutos, é, no momento, o 16º país em número de vacinados. Em termos relativos (vacinados em percentagem da população), o Brasil está em 19º e penúltimo lugar no ranking internacional de vacinação contra a Covid-19, com apenas 0,4% da população, que recebeu pelo menos uma dose de vacina (cf. **Our World in Data, Coronavirus (COVID-19) Vaccinations**, 26/01/2021).

E, se conseguimos esse pouco, foi contra Bolsonaro, que tudo fez para sabotar a produção, a aquisição e a aplicação de vacinas contra a Covid-19.

Bolsonaro, portanto, está mentindo, mentindo, mentindo. Não tem qualquer freio ou vergonha em mentir, mesmo diante de um auditório que tem todas as condições de saber a verdade – como foi o caso na terça-feira.

É, a esse respeito – o respeito pela verdade –, completamente indecente.

Ressaltemos que o Brasil, até o governo Bolsonaro, tinha a melhor cobertura vacinal do mundo – e com larga experiência na produção de vacinas.

Mas isso foi avacalhado pela instalação, no Ministério da Saúde, de um magote de ignorantes, de obscurantistas, de incompetentes.

Pazuella somente não é uma síntese desse magote de débeis mentais, porque é apenas um serviçal de Bolsonaro. Mas os acontecimentos de Manaus, a distribuição de cloroquina e outros elixires até para gatos e cachorros, como “tratamento ou atendimento precoce” da Covid-19, e, sobretudo, o total descaso pela vacinação dos brasileiros, mostram que um serviçal pode ser tão criminoso quanto seu chefe (v. HP 19/01/2021, **Mentiroso e pusilânime, Pazuella envergonha o Exército**; e HP 22/01/2021, **Não sobrou nem uma gota de caráter em Pazuella?**).

MORTES

Na mesma terça-feira em que Bolsonaro falou no Credit Suisse, os mortos pela Covid-19, no Brasil, atingiram 218 mil e 878 pessoas.

Em suma, temos 10% dos mortos mundiais da pandemia, com apenas 2,7% da população humana da Terra.

A diferença, como disseram vários cientistas, é devida, sobretudo, à política do governo – isto é, à postura irracional de Bolsonaro e sua trupe.

Como escreveu um cientista, o professor Pedro Hallal, reitor da Universidade Federal de Pelotas, em carta à



Bolsonaro na Latin America Investment Conference do Credit Suisse, 26/01/2021 (foto: Marcos Corrêa/PR)

revista “The Lancet”:

“Em 21 de janeiro de 2021, o Brasil ocupava o segundo lugar em número de mortes por COVID-19 e o terceiro em número de casos observados em qualquer país. Como cientista, tendo a não acreditar em coincidências. Em março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro referiu-se à COVID-19 como uma ‘gripezinha’. Em abril de 2020, ele declarou que havia sinais de que a pandemia estava chegando ao fim. Um mês depois, quando questionado por jornalistas sobre o número crescente de casos de COVID-19, Bolsonaro respondeu ‘E daí? O que você quer que eu faça?’ (...) Mais recentemente, Bolsonaro foi, até onde sei, o único chefe de estado no mundo a dizer que não seria vacinado. Chegou a desestimular a população a tomar a vacina ao dizer: ‘Se você virar jacaré é problema seu’ (v. Pedro C. Hallal, **SOS Brazil: science under attack**, The Lancet, 22/01/2021).

O resultado, escreve Hallal, foi um desastre no combate à Covid-19:

“As taxas de testagem estão muito abaixo da média mundial. Não há políticas de rastreamento de contatos implementadas. O distanciamento social tem sido descredenciado. Em 4 semanas, o Brasil teve três ministros da Saúde. Apesar de cientistas e institutos de pesquisa brasileiros, como o Butantan e a Fiocruz, estarem fortemente envolvidos na corrida global pela vacina, a quantidade de seringas e agulhas era insuficiente para começar a campanha de vacinação” (idem).

Por isso, é mais mentirosa ainda que o resto, a suposta preocupação de Bolsonaro em “dar mais conforto à população e segurança a todos, de modo que a nossa economia não deixe de funcionar”.

Pelo contrário, ele transformou o país em um inferno para a população, em um cemitério sempre crescente, em uma abissal catástrofe econômica.

Já nos referimos, em artigos anteriores, à estupidez

nazista de que a epidemia iria eliminar os fracos e deixar vivos os fortes – daí, quaisquer medidas para diminuir o número de mortos, seja o distanciamento social, o simples evitar aglomerações, ou, inclusive, a vacinação, eram, para Bolsonaro e sua corte de aberrações, indesejáveis.

Pois essa foi a “política” de Bolsonaro. Até mesmo, explicitamente, disse que não era possível implementar medidas de combate à Covid-19 para não parar a economia... Como se existisse alguma economia com mortos ou com gente, crescentemente, morrendo.

CRIMINOSOS

Por que, agora, ele mudou o disco – e se apresenta como adepto da vacinação, inclusive como um fã da Coronavac, aquela que, antes, chamava de “a vacina chinesa do Doria”? Aquela que, dizia, seu governo não iria adquirir, nem que fosse aprovada pela Anvisa.

Primeiro, porque é um sociopata sem nenhum respeito pelas pessoas, muito menos pela inteligência das pessoas.

Segundo, porque os últimos acontecimentos, em especial a tragédia de Manaus, apontaram, aos olhos de todos, para os culpados por esse crime inominável: o governo, isto é, Bolsonaro, seu ministro da Saúde e seus pervertidos acólitos.

Entretanto, é tão falsa essa conversão, que basta aparecer um súbito “gancho” para sabotar a vacinação, por mais precário que seja, que Bolsonaro adere imediatamente.

Assim foi no suposto caso em que alguns empresários se propuseram a furar a fila da vacinação, comprando, privadamente, alguns milhões de doses de vacina da multinacional AstraZeneca. Prometiam doar metade das doses para o SUS – e ficar com a outra metade.

A proposta era imoral – e já fora vetada até pelo Ministério da Saúde, pois vacinas são, no Brasil e na maioria dos países do mundo, bens públicos, sobretudo

quando existe uma epidemia que já matou mais de 200 mil cidadãos. Estabelecer uma desigualdade na vacinação, enquanto pessoas, que dependem do sistema público, morrem por não ter acesso à vacinas, é uma monstruosidade.

Além disso – justiça se faça – uma parte importante do empresariado foi contra a proposta, levantando a alternativa de que, se houvesse compra privada de vacinas da AstraZeneca, todo o resultado da compra fosse entregue ao sistema público de Saúde, isto é, ao SUS (v. **Bastidores: a tentativa frustrada de empresários de comprar vacinas da AstraZeneca**, OESP 25/01/2021).

Porém, Bolsonaro imediatamente manifestou-se a favor da proposta dos fura-filas.

Foi, também, na terça-feira, no evento do Credit Suisse.

Disse Bolsonaro:

“Eu quero deixar bem claro que o governo federal é favorável a esse grupo de empresários para levar adiante a sua proposta, trazer vacina para cá, a custo zero para o governo federal.”

Desde o dia anterior, essa proposta não existia mais, detonada, exatamente, pelos empresários que foram contra furar a fila do sistema público.

Bolsonaro estava, portanto, tentando exumar um cadáver que já estava mal-cheiroso.

Porém, a situação de Bolsonaro ainda ficou pior, depois que a própria AstraZeneca declarou que não venderia sua vacina para particulares.

A nota da empresa é clara e sucinta:

“No momento, todas as doses da vacina estão disponíveis por meio de acordos firmados com governos e organizações multilaterais ao redor do mundo, não sendo possível disponibilizar vacinas para o mercado privado.”

Aos poucos, soube-se o que aconteceu: o ministro da Economia, Paulo Guedes, ouviu a proposta de empresários na sexta-feira (22/01)

e, claro, achou que era uma boa aqueles que têm mais dinheiro passar na frente dos que têm menos dinheiro, com a compra privada de vacinas da AstraZeneca.

Bolsonaro concordou imediatamente com Guedes e ordenou ao Ministério da Saúde que mudasse as suas regras para avaliar a compra privada de vacinas da AstraZeneca – contra a posição de algumas grandes empresas, inclusive o Banco Itaú.

Esqueceram apenas de consultar a AstraZeneca, que, no momento, mal consegue (aliás, não está conseguindo) cumprir seus contratos de fornecimento da vacina contra a Covid-19 com países europeus (esta informação pode ser lida em qualquer jornal, mas, pelo visto, Bolsonaro, Guedes, e o resto da turma, ignoravam-na).

Porém, por que Bolsonaro tão rapidamente – contra, inclusive, alguns grandes empresários e a própria multinacional que fabrica a vacina – se apegou à proposta “fura-fila” de alguns cabeças de alfinete do empresariado?

Principalmente por duas razões.

A primeira é que ele é, como todo fascista, sempre a favor da desigualdade – os “fortes” devem dominar os “fracos”, não é assim que esses bandidos acham que a vida deve ser?

A segunda é que não lhe restou, diante da indignação geral – sobretudo após os acontecimentos de Manaus – nada, além de tentar paralisar a vacina desenvolvida pelo Butantan/Sinovac, aquela que chamava de “a vacina chinesa do Doria”, que ele jurou que o governo jamais iria adquirir.

A aquisição de alguns milhões de doses da vacina da AstraZeneca – com quem o governo, através da Fiocruz, estabeleceu um contrato – por alguns empresários, pareceu, a Bolsonaro, livrá-lo do Doria e dos chineses.

Certamente, era uma fantasia. Mas para um anormal como Bolsonaro, as fantasias – e as mais doentias – são uma motivação muito maior do que qualquer realidade.